



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIELA FERREIRA SILVA

O CUSTO SOCIAL DAS REFORMAS NEOLIBERAIS:
IMPACTOS DO CONSENSO DE WASHINGTON EM POBREZA E
DESIGUALDADES NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE

FLORIANÓPOLIS
2019

GABRIELA FERREIRA SILVA

**O CUSTO SOCIAL DAS REFORMAS NEOLIBERAIS:
IMPACTOS DO CONSENSO DE WASHINGTON EM POBREZA E
DESIGUALDADES NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito obrigatório parcial para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

FLORIANÓPOLIS

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA
Campus Prof. João David Ferreira Lima – CEP. 88040 900
Trindade – Florianópolis – Santa Catarina - Brasil
Fone (48) 3721 9458 / 3721 2747
E mail cnm@contato.ufsc.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA - Nº 030/2019.2

A Comissão Examinadora, nomeada pelo Coordenador de Monografias, resolve atribuir ao(a) acadêmico(a) **Gabriela Ferreira Silva**, após a apresentação do trabalho intitulado, “**O custo social das reformas neoliberais: impactos do Consenso de Washington em pobreza e desigualdades na América Latina e o Caribe**”, a nota 95, referente à disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019

Patricia FF Arienti
Patricia Fonseca Ferreira Arienti
Orientadora

P/*Patricie F.F Arienti*
Pedro Lange Netto Machado
Membro

Rosângela A. Silva
Rosângela Aparecida da Silva
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Rosângela, que moveu mundos para que desde cedo eu tivesse acesso à educação de qualidade. Devo a ela todo o mérito do privilégio de ter ingressado e me mantido em uma das melhores universidades públicas do Brasil, e jamais conseguirei agradecer o suficiente por isso e por tantas coisas mais. Te amo, mãe.

À minha avó, dona Olinda, a mulher mais inspiradora e com o maior coração que conheço. Obrigada por sempre me trazer paz, luz e simplicidade. Obrigada por ter lutado tanto por seus filhos, netos e bisnetos. Tenho tanto orgulho de minhas origens porque elas começaram com você.

Às minhas tias e primas, mulheres que são os meus maiores exemplos de trajetória de vida. Aos meus tios e primos, que moram no meu coração. À minha família toda, que sempre acreditou em mim e sempre me apoiou incondicionalmente no caminho que construí.

Ao João Cella, pelo companheirismo e carinho durante todos esses anos de UFSC. Crescemos muito juntos e sem você essa jornada não teria sido tão especial.

À Ana, Cacau e Lara que, principalmente, permaneceram. Obrigada pela amizade e pelos momentos tão especiais que seguimos colecionando juntas.

À Isabelle, Vinícius, André, Carol e todos os meus amigos que me conhecem em minha essência e sempre comemoram minhas conquistas. Obrigada por seguirem comigo e por me fazerem ter sempre para onde voltar.

À todas e todos da MUTAMA, que me acolheram durante essa fase difícil que é o acúmulo de universidade, trabalho e outras tantas responsabilidades. Obrigada por deixarem esse ciclo mais leve, equilibrado e divertido. Foco no processo, sempre.

À minha professora Telma, que já no ensino fundamental me mostrou a importância que um educador pode ter na vida e no destino de uma criança. Obrigada por me marcar com valores tão importantes e por me fazer descobrir minha paixão por aprender e ensinar.

À professora Patrícia, minha “mãe” da graduação, amiga, mentora e a maior educadora que já conheci. Obrigada por sempre se doar sem medir esforços, por sempre acreditar em mim e por me dar acesso às enormes oportunidades como o

INEU, o DAAD e a Botín. O Brasil precisa de mais pessoas vocacionadas e apaixonadas pela educação como você.

Ao GELOG e todos os seus membros, que me proporcionaram não apenas as minhas primeiras experiências práticas, como também tiveram uma influência decisiva para que eu me tornasse a profissional que sou hoje. Obrigada pela amizade e por serem um exemplo constante na minha trajetória.

Aos meus queridos amigos e amigas da Fundação Botín, que não me deixam esquecer de honrar nossa vocação pública. Especialmente, à Cibele e ao Marcos, que com tanto carinho contribuíram tanto para esse trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina, principalmente, pela oportunidade e pela altíssima excelência no ensino. Aos professores do curso de Relações Internacionais, todos de qualidade louvável e de dedicação enorme. Aos governos FHC, Lula e Dilma, que fizeram com que milhões de jovens como eu tivessem seus destinos mudados por meio do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Seguiremos lutando para que esses Direitos não nos sejam roubados e para que cada vez mais as universidades sejam frequentadas pelos tantos brasileiras e brasileiros que lutam todo dia para construir um país melhor.

*“Somos América Latina,
un pueblo sin piernas pero que camina.”
(Calle 13)*

RESUMO

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela ascensão do neoliberalismo, que tem como objetivo o Estado Mínimo e se opõe à existência de um Estado forte, intervencionista e promotor de bem-estar social. Tal teoria foi colocada em prática em países da América Latina e do Caribe por meio das exigências de duras reformas econômicas conhecidas como Consenso de Washington, feitas pelo FMI para a renegociação da dívida externa da região. Porém, um ajuste estrutural de tal intensidade pode acarretar diversos custos sociais e gerar impactos em indicadores socioeconômicos. Assim, dentre os diversos desdobramentos que podem ser analisados a partir das reformas neoliberais implementadas, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar os impactos do Consenso de Washington em indicadores de pobreza e desigualdades na América Latina e no Caribe, abordando especificamente os impactos causados pelo receituário sobre indicadores de desenvolvimento humano na região, como pobreza, desigualdades, emprego, renda, seguridade social, educação e saúde. A metodologia utilizada é a de revisão bibliográfica, em que foram reunidos e analisados diversos trabalhos acerca do processo e dos resultados das reformas econômicas na região por meio de dados quantitativos e qualitativos. A partir dessa pesquisa, se pode verificar que as reformas econômicas neoliberais tiveram impactos majoritariamente negativos nos países da região que adotaram o Consenso, apresentando forte correlação entre a implementação de reformas econômicas neoliberais e a piora em acesso a serviços básicos, o aumento de desigualdade, a precarização do emprego e outros indicadores de desenvolvimento humano relacionados.

Palavras-chave: Consenso de Washington; Pobreza e Desigualdade; América Latina; Reformas econômicas; Neoliberalismo

ABSTRACT

The 1980s and 1990s were marked by the rise of neoliberalism, that supports the idea of Minimal State and opposes to the existence of a strong, interventionist, Welfare State. This theory was put into practice in Latin America and the Caribbean through the economic reforms of the Washington Consensus, made by the IMF for the renegotiation of foreign debts in the region. However, an intense structural adjustment like this might generate several social costs and generate impacts on socioeconomic indicators. Thus, among the many outcomes that can be analyzed based on the implemented neoliberal reforms, the present work aims to demonstrate the impacts of the Washington Consensus on indicators of poverty and inequality in Latin America and the Caribbean, specifically regarding the impacts caused on indicators of human development indicators, such as poverty, inequality, employment, income, social security, education and health. The chosen methodology is that of bibliographic review, in which several works about the process and results of economic reforms in the region were gathered and analyzed through quantitative and qualitative data. From this research, it can be seen that neoliberal economic reforms had mostly negative impacts on the countries that adopted the Consensus in the region, showing a strong correlation between the implementation of neoliberal economic reforms and the worsening in the access to basic services, the increase in inequality, job insecurity and other related indicators.

Keywords: Washington Consensus; Poverty and Inequality; Latin America; Economic Reforms; Neoliberalism

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CUS - Cobertura Universal em Saúde

CW – Consenso de Washington

FED - Federal Reserve Board

FMI - Fundo Monetário Internacional

IED - Investimento Estrangeiro Direto

IES - Instituições de Ensino Superior

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 01: Índice de Pobreza Multidimensional..... | 16 |
| Figura 02: Porcentagem da riqueza e do patrimônio por decil na América Latina e o Caribe (2014)..... | 18 |
| Figura 03: Evolução da dívida externa na América Latina (US\$ milhões) (1970-1990)..... | 41 |
| Figura 04: Índices de reformas (1970-2000)..... | 49 |
| Figura 05: Evolução da quantidade de pobres e indigentes na América Latina (porcentagens da população e milhões de pessoas) (1980-2011)..... | 52 |
| Figura 06: Desigualdade na América Latina (1970-1995)..... | 53 |
| Figura 07: Taxa de desemprego por quintil de renda na América Latina (1990-1999)..... | 56 |
| Figura 08: Salário real na América Latina (Índice de 1987 = 100) (1980-1996)..... | 56 |
| Figura 09: Tamanho do Estado segundo o percentual do PIB dedicado ao gasto público (diversos países) (1980-2000)..... | 60 |
| Figura 10: Gasto público em educação como proporção do PIB e do gasto do governo central (1980-1990)..... | 61 |
| Figura 11: Porcentagem de alunos matriculados em instituições privadas de nível primário por regiões (1990-2014)..... | 63 |
| Figura 12: Porcentagem de alunos matriculados em instituições privadas de nível secundário por regiões (1998-2014)..... | 64 |
| Figura 13: Matrícula em porcentagens de Instituições de Ensino Superior Privadas (IES) na América Latina..... | 66 |
| Figura 14: Impactos da privatização da educação por dimensão investigada..... | 68 |
| Figura 15: Impactos da privatização da educação por tipo de política aplicada..... | 71 |
| Figura 16: Variação percentual quinquenal média de indicadores de saúde por regiões (1980-2000)..... | 76 |
| Figura 17: Diagrama de dispersão - indicadores de saúde e tamanho do Estado (2000)..... | 78 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01: Os 10 pontos do Consenso de Washington..... | 43 |
| Tabela 02: Cronologia das reformas (1970 a 1995)..... | 50 |
| Tabela 03: PIB per capita anual ajustado (1970-1995)..... | 53 |
| Tabela 04: Distribuição do primeiro e último quintil de renda (diversos países) (1990-1999)..... | 54 |
| Tabela 05: Taxas de desemprego (diversos países) (1980-2000)..... | 55 |
| Tabela 06: Evolução das reformas econômicas, desemprego e pobreza na América Latina (1990-1999)..... | 57 |
| Tabela 07: Estrutura do emprego urbano latino-americano (1990-1999)..... | 58 |
| Tabela 08: Mercado de trabalho por cobertura da previdência social na América Latina (1990-1999)..... | 58 |
| Tabela 09: Cobertura de seguridade social antes e depois das reformas..... | 59 |
| Tabela 10: Porcentagem de alunos matriculados em instituições privadas em nível secundárias (países selecionados) (1999-2014)..... | 65 |
| Tabela 11: Cobertura relativa da educação superior privada na América Latina (1994-2007)..... | 67 |
| Tabela 12: Matrícula do sistema de educação por regime em índices relativos na América Latina (2006)..... | 68 |
| Tabela 13: Impactos das reformas dos sistemas de saúde (1980-1990)..... | 72 |
| Tabela 14: Indicadores de Gasto Nacional em Saúde - OECD e América Latina (1990-1999)..... | 75 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|----|
| 1. | INTRODUÇÃO | 13 |
| 2. | ESTADO VERSUS MERCADO: O PAPEL DE CADA UM NA POBREZA E NAS DESIGUALDADES | 16 |
| 2.1. | POBREZA, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO HUMANO..... | 16 |
| 2.2. | O PAPEL DO ESTADO: DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL..... | 22 |
| 2.3. | O PAPEL DO MERCADO: NEOLIBERALISMO, ESTADO MÍNIMO E GLOBALIZAÇÃO..... | 25 |
| 2.4. | O NEOLIBERALISMO COMO GERADOR DE DESIGUALDADES | 31 |
| 3. | A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO COMO CONSENSO | 38 |
| 3.1. | A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA LATINO-AMERICANA..... | 39 |
| 3.2. | O CONSENSO DE WASHINGTON | 44 |
| 4. | A IMPLEMENTAÇÃO DO CONSENSO: INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS REFORMAS | 50 |
| 4.1. | CRONOLOGIA E INTENSIDADE DAS REFORMAS | 50 |
| 4.2. | OS CUSTOS SOCIAIS DA REFORMA..... | 54 |
| 4.2.1. | POBREZA E DESIGUALDADES | 54 |
| 4.2.2. | EMPREGO, RENDA E SEGURIDADE SOCIAL | 57 |
| 4.2.3. | ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA | 62 |
| 4.2.3.1. | EDUCAÇÃO PRIMÁRIA | 66 |
| 4.2.3.2. | EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA | 67 |
| 4.2.3.3. | EDUCAÇÃO SUPERIOR..... | 70 |
| 4.2.4. | ACESSO À SAÚDE PÚBLICA | 75 |
| 5. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 83 |
| | REFERÊNCIAS..... | 87 |

1. INTRODUÇÃO

A América Latina é uma região paradoxal: mesmo com tantos recursos e uma cultura tão rica, ainda vivemos uma realidade duramente marcada por pobreza e desigualdade. Ao longo da história da região, marcada pelos males da colonização, escravidão, elitismo e manutenção dos latifúndios, diversos foram os fenômenos que influenciaram para que a pobreza e as desigualdades fossem aumentadas ou diminuídas na região, com destaque para a influência que diferentes políticas econômicas tiveram sobre esses indicadores ao longo do tempo.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a ascensão do neoliberalismo marcou a América Latina de uma maneira única: ao diagnosticarem que a raiz dos problemas de dívida-externa latino-americana eram as recorrentes intervenções estatais na Economia, as principais organizações internacionais da época - Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - formularam um receituário de ajuste estrutural recomendado à região. Neste receituário, chamado Consenso de Washington, diversas reformas econômicas foram prescritas aos países latino-americanos, visando medidas como liberalização comercial, liberalização financeira, privatização e corte de gastos, entre outros.

As recomendações do Consenso encontraram terreno em uma conjuntura marcada pela forte crise da dívida que assolava diversos países da região, passando a ser amplamente adotada pelos governos da América Latina e do Caribe. Como já era de se esperar, ajustes estruturais nessa proporção tiveram diversos desdobramentos em aspectos sociais e econômicos, impactando fortemente em indicadores socioeconômicos, como renda, desigualdades, emprego, seguridade social e acesso a direitos básicos como saúde e educação. Ou seja, traz diversos custos sociais ao povo latino-americano em nome de uma promessa de estabilização e desenvolvimento econômicos.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar quais foram os impactos das reformas propostas pelo Consenso de Washington sobre indicadores de pobreza e desigualdades em países da América Latina e do Caribe¹, focando em indicadores

¹ Por América Latina, apesar de um conceito não só geográfico, mas também cultural, consideram-se os países colonizados por nações latinas (Portugal, França e Espanha). A região é composta por 20 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador,

selecionados relacionados ao desenvolvimento humano, à pobreza multidimensional e às capacidades humanas de Amartya Sen. Como objetivos específicos, são propostos i) fornecer panorama histórico sobre pobreza e desigualdades na América Latina, ii) apresentar contexto histórico do Consenso de Washington e suas recomendações aos Estados latino-americanos, iii) apresentar a evolução de indicadores selecionados para os temas de pobreza e desigualdade durante o período das reformas econômicas na América Latina e iv) analisar a correlação entre as reformas econômicas neoliberais implementadas e o desempenho dos indicadores selecionados.

A pesquisa é exploratória, utilizando a metodologia de revisão bibliográfica e pesquisa documental de diversos trabalhos no tema. Parte-se da hipótese principal de que as medidas neoliberais do Consenso de Washington resultaram em uma deterioração dos indicadores de pobreza e desigualdade na América Latina e no Caribe, tendo como variável principal independente as reformas econômicas e como variáveis dependentes os indicadores selecionados. É importante ressaltar que não se supõe nesse trabalho que o Consenso teria criado tais indicadores e efeitos sozinho, mas sim que teria agravado fortemente condições históricas da região.

O trabalho se divide nas seguintes partes: i) Introdução; ii) Estado versus mercado: o papel de cada um na pobreza e desigualdades: contextualização acerca de pobreza, desigualdades e desenvolvimento humano e dos papéis do Estado e do mercado perante eles, complementado pela demonstração de políticas neoliberais seja promotoras de igualdades; iii) A ascensão do neoliberalismo como Consenso: contextualização acerca do processo histórico desde o intervencionismo e Estado forte na região até a crise da dívida externa que leva à ascensão do neoliberalismo; iv) A implementação do Consenso: indicadores econômicos e sociais das reformas: apresentação de indicadores socioeconômicos relacionados às reformas, sendo eles divididos em: a) pobreza e desigualdades b) emprego, renda e seguridade social c) acesso à educação pública d) acesso à saúde pública; v) Considerações finais.

Por fim, ressalta-se a relevância dessa pesquisa por diversos motivos. O primeiro deles e talvez mais fundamental, é o de contribuir para o entendimento de

Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, que nesse trabalho são somados aos outros 17 países da região do Caribe, sendo alguns desses comuns às duas regiões. .

quais medidas econômicas podem levar ou atrasar o desenvolvimento humano de nossa região. Também, pela sistematização de dados sobre reformas que apesar de seguirem a mesma linha, se deram de formas tão diferentes em tantos países, bem como a sistematização de indicadores intimamente relacionados mas que aparecem poucas vezes analisados em conjunto no período em questão. Por fim, a importância de se ter estudos voltados à uma população que, apesar de ser maioria, é marginalizada pelos estudos econômicos tradicionais: hoje, no Brasil, é ínfimo o número de pesquisas estruturadas sobre pobreza e desigualdades quando comparados ao número de pesquisas relacionados a temas econômicos *mainstream*, tornando fundamental a produção de trabalhos sérios que busquem respostas e possíveis soluções para esses fenômenos que marcam a vida de tantos latino-americanos.

2. ESTADO VERSUS MERCADO: O PAPEL DE CADA UM NA POBREZA E NAS DESIGUALDADES

Na América Latina, os fenômenos de pobreza, de desigualdades e de falta de acesso à serviços básicos são persistentes, e podem ser ligados, a depender da lente teórica sob a qual se olha a questão, à falta de atuação do Estado ou às intervenções realizadas por ele. Neste capítulo, busca-se conceituar pobreza, desigualdades e desenvolvimento humano, estudando as influências que Estado e mercado podem ter sobre eles e traçando uma linha histórica desde a prevalência do Estado de bem-estar social e keynesianismo como teoria hegemônica até os acontecimentos que levam à ascensão do neoliberalismo e do Estado Mínimo.

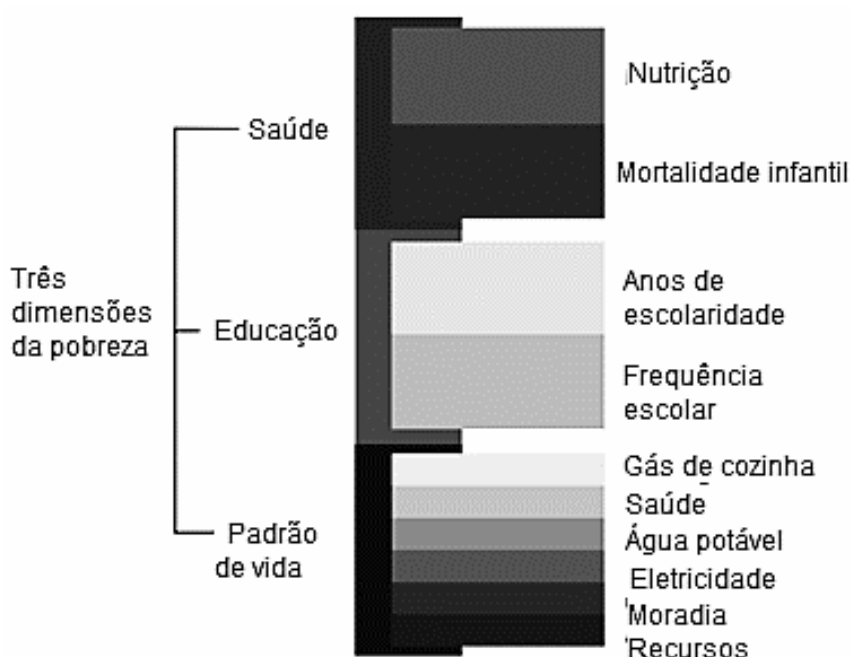
2.1. POBREZA, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A pobreza é a parte mais humana dos estudos econômicos. Mesmo que seja frequentemente reduzida a índices, gráficos e agregações macroeconômicas, a pobreza representa indivíduos reais que, apesar de muitas vezes marginalizados às *high politics*, são muito afetados por elas. Segundo o Índice Global de Pobreza Multidimensional 2018, realizado pela Universidade de Oxford, 1,3 bilhão de pessoas vivem em estado de pobreza multidimensional, o que representa quase $\frac{1}{4}$ da população global.

Esse índice foi desenvolvido para dialogar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e é composto por três dimensões da pobreza - saúde, educação e condições de vida - totalizando 10 indicadores de mesmo peso que visam complementar a noção de pobreza, antes vista apenas pela perspectiva da renda. Dessa forma, uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre se é privada de pelo menos $\frac{1}{3}$ dos indicadores² propostos nas três dimensões (HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE, 2018).

² Os indicadores de nutrição se referem a qualquer pessoa com até 70 anos com desnutrição; os de mortalidade infantil, a qualquer criança falecida nos 5 anos anteriores à pesquisa; os de anos de escola, à crianças com 10 anos que não tenham completado 6 anos de educação; os de frequência escolar, a qualquer criança que não esteja na escola; os de gás de cozinha, saneamento e eletricidade, à famílias sem acesso aos mesmos; os de água potável, à famílias com acesso à água a 30 minutos ou mais de distância; os de moradia, à falta de moradia e à moradia precária; e o de recursos, à famílias que não possuem mais de um dos seguintes aparelhos: rádio, TV, telefone,

Figura 01: Índice de Pobreza Multidimensional



Fonte: Human Development Initiative (2018)

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) estima que 184 milhões de pessoas estejam em condição de pobreza na região da América Latina e Caribe, o que equivale a $\frac{1}{3}$ da população nesse território. Desses 184 milhões, 62 milhões se encontram em extrema pobreza. Ainda, 40% da população ocupada na região recebe menos de um salário mínimo por mês. (CEPAL, 2018a)

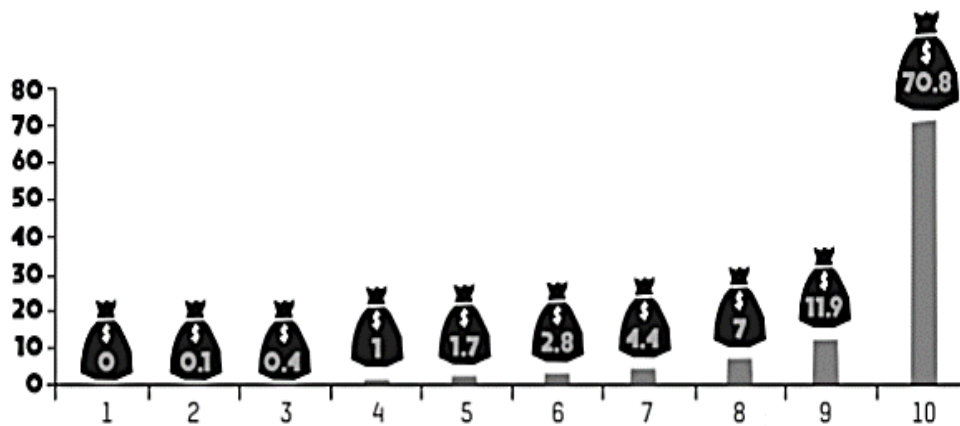
Embora existam indicadores que busquem medi-la, a pobreza é um fenômeno complexo de ser conceitualizado. A partir de que momento uma pessoa é considerada pobre? A pobreza é apenas relacionada à renda? O que define a linha do mínimo necessário para uma pessoa viver adequadamente em sociedade? Essas são diversas perguntas que refletem a amplitude do tema. Rocha (1998) aponta que, para definir pobreza, é necessário recorrer aos conceitos de pobreza absoluta e relativa. O primeiro é relacionado ao mínimo necessário à sobrevivência. O segundo coloca a pobreza como uma perspectiva comparativa da pobreza de um indivíduo em relação à de outro, ou seja, abrangendo os conceitos de desigualdade e de privação relativa.

computador, carroça, motocicleta, bicicleta, refrigerador, além de não possuir nem carro nem caminhão.

A pobreza absoluta contempla o indivíduo que não tem vias de alcançar itens de necessidade básica. Assim, além do fato de não possuir renda, o indivíduo está exposto frequentemente a situações de carências físicas ou socioculturais como fome, subnutrição, altas taxas de mortalidade, moradia precária ou inexistente, saúde debilitada, violência, falta de acesso ao mercado de trabalho e outros, ou seja, está exposto à exclusão social total e quase que permanente, já que os meios de reversão de sua situação são quase inatingíveis. A pobreza absoluta também pode ser monetizada, o que é comumente feito a partir da definição de uma linha da pobreza. Essa linha define, em termos econômicos, o quanto é necessário para que um indivíduo consiga pagar para usufruir de condição humana mínima. No entanto, mesmo que frequentemente usada, o emprego da linha da pobreza recebe críticas, já que dificilmente há bases de dados suficientes para calculá-la e também por não responder suficientemente a alguns casos, como por exemplo, o de populações rurais que têm necessidades básicas supridas por outros meios além do monetário.

Já a pobreza relativa trata dos quantis de menor renda em um determinado espaço de análise, ou seja, se trata da desigualdade. Assim, na verdade, não se analisa a fundo se o indivíduo tem acesso ou não ao que necessita para viver, mas sim o quão longe sua riqueza está do outro extremo do indicador, os mais ricos. Segundo a Oxfam (2015), o 1% mais rico na América Latina acumulava em 2014 cerca de 41% da riqueza na região, ou seja, a riqueza de 99% da população correspondia apenas a 60% da riqueza total. Esses números se tornam ainda mais assombrosos quando falamos dos 10% mais ricos na região: a riqueza concentrada em suas mãos corresponde pelo menos a 70,8% da riqueza na América Latina e Caribe, como mostra a figura 2. Por fim, os 8 homens - e aqui se nota também uma desigualdade de gênero - mais ricos do mundo possuem mais que os 50% mais pobres do mundo juntos (OXFAM, 2017). A desigualdade é uma noção fundamental, já que avanços apenas contra a pobreza absoluta não trazem soluções suficientes aos problemas que esses temas englobam.

Figura 02: Porcentagem da riqueza e do patrimônio por decil na América Latina e o Caribe (2014)



Fonte: Oxfam (2015)

A pobreza pode ser analisada a partir de duas abordagens: a convencional e a crítica (LOKHANDE, 2020). Para a abordagem convencional, a pobreza é uma condição existente em uma economia globalizada e requer aprofundamento da integração da economia global para que seja mitigada. Já a análise crítica enxerga que a pobreza vai além de recursos financeiros, sendo relacionada a questões estruturais de estratos sociais, vendo a falta de dignidade mínima e a distribuição desigual de renda como consequências da globalização. O trabalho em questão se ancora nessa segunda abordagem, tratando especificamente do modelo econômico neoliberal como principal gerador de pobreza, e como se verá a seguir, de desigualdade.

A multidimensionalidade da pobreza influenciou diretamente para o surgimento o conceito de desigualdade. De acordo com a unidade da Organização das Nações Unidas (ONU) para Análise Política e Desenvolvimento de Estratégias, o conceito de desigualdade pode ser entendido como o “estado de não ser igual, especialmente em status, direitos e oportunidades” (ONU, 2015, p.1) . A partir da década de 1990, acadêmicos, governos e agências internacionais começaram a inserir a desigualdade em suas agendas, dando atenção à questão da desigualdade de renda principalmente a nível nacional. Pires (2017), em sua publicação pelo IPEA, aponta que a primeira ideia predominante sobre desigualdades se referia à desigualdade entre indivíduos no acesso e posse de bens. Essa definição deu origem

ao índice de Gini, índice precursor para medir as diferenças de renda entre mais ricos e mais pobres. Apesar de avanços, a América Latina liderava em 2015 a posição de região mais desigual do mundo, com um coeficiente de Gini estimado em 0,5 (seguida por África Subsaariana - 0,45 0 e Leste da Ásia e Pacífico - 0,4 (CEPAL, 2018b). Com o aprimoramento de indicadores também surgiram índices mais elaborados, como o de pobreza multidimensional, vai de 0 (ausência de desigualdade) até 1 (desigualdade total).

Com a evolução dos debates, surge a perspectiva de que a equidade não pode ser dada apenas pela redistribuição de renda, já que uma pluralidade de outros fatores impõe limitantes à ascensão de excluídos e vulneráveis. Como meio de superação dessas desigualdades, surge em 1960, a ideia de desenvolvimento social, que tem suas bases definidas na Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social de Copenhague - a “Cúpula da Pobreza” - as quais são:

- equilíbrio necessário entre eficiência econômica e justiça social;
- interação entre a função social do Estado, as ações do mercado e os imperativos do desenvolvimento sustentável;
- a identificação de problemas que atingem grupos socialmente prejudicados e a promoção de sua inclusão. (ENTENSSORO, 2003)

Tais fundamentos são reforçados na Cúpula de Direitos Humanos em Viena, em 1993, fortalecendo as relações entre desenvolvimento, democracia e Direitos Humanos. Alinhado a isso, surge a abordagem do Nobel da Economia, Amartya Sen, em desenvolvimento humano.

Sen argumenta que a superação de desigualdades deve se dar pela expansão de liberdade humana (JELIN et al., 2017). Essa condição de liberdade pode ser limitada por diversos fatores, que impedem suas “capacidades”³ de serem atingidas plenamente, sendo eles a pobreza, a tirania política, a falta de oportunidades econômicas, a exclusão social e a negação de direitos civis. Assim, atingir o desenvolvimento seria garantir que tais fatores não afetariam as capacidades e liberdades dos indivíduos. (SEN, 2000)

³ Para Amartya Sem, “o desenvolvimento é o aumento da capacidade que tem a pessoa humana de atingir o seu fim último, o seu bem, a sua felicidade.” (PINHEIRO, 2012, p.13)

Sen rompe com a abordagem economicista até então propagada pelos vencedores de Nobel e propõe um pensamento sobre a pobreza a partir de um olhar relacional, e não absoluto. Para além do PIB, a concepção seniana de pobreza se atenta à restrição de capacidades básicas, olhando o desenvolvimento humano como formado por 5 tipos de liberdades instrumentais (RIBEIRO e MENEZES, 2008):

- 1) Liberdades políticas, como garantia de eleições, voto e livre expressão do pensamento;
- 2) Disponibilidades econômicas, como o acesso a bens e serviços como renda e crédito, participação no comércio e em transações;
- 3) Oportunidades sociais e acesso a serviços básicos como educação, saúde e outros elementos capacitantes do indivíduo;
- 4) Garantias de transparências, que inclui o direito à informação principalmente em esferas públicas;
- 5) Proteção social, que se destina a proteger vulneráveis e excluídos na população, com serviços como assistência social e seguro-desemprego.

Assim, o debate vai além da ideia de desigualdade econômica e cunha a desigualdade social, que é a distância entre posições que indivíduos ou grupos de indivíduos assumem em um contexto hierarquicamente organizado para acesso a relevantes bens sociais (como renda, riqueza) e recursos de poder (direitos, participação política e posições) (SCHORR, 2018).

Mas afinal, por que diminuir as desigualdades? MacNaughton (2017) aponta diversas implicações sociais para a existência de desigualdades, que refletem bem a realidade latino-americana: 89% de entrevistados em 18 países da América Latina responderam que consideram seu país injusto ou muito injusto. Dentre as diversas consequências que aponta em seu trabalho *Vertical Inequalities*, se ressaltam: a) há uma clara relação entre maiores desigualdades de renda e maiores níveis de criminalidade, em que países mais desiguais tendem a apresentar maiores taxas de homicídios; b) a desigualdade de renda é fortemente associada a indicadores de saúde deficiente, incluindo baixa expectativa de vida, altas taxas de mortalidade, maior incidência de obesidade e maiores índices de depressão e doenças mentais; c) a discriminação também é mais forte onde a desigualdade de renda é maior: quanto maior a desigualdade de renda maiores os níveis observados de racismo; d) o mesmo

vale para discriminação contra mulheres, minorias étnicas e indígenas, que tendem a ter menor poder de participação política em sociedades mais desiguais; e) a tendência da distribuição espacial urbana em países desiguais é claramente de segregação, enquanto 30% da população no continente vive em favelas, presenciamos recorrentes casos clássicos com condomínios e favelas literalmente ao lado (BANCO MUNDIAL, 2019).

Também, como já exposto anteriormente, as desigualdades de renda são frequentemente acompanhadas de desigualdades políticas. O Banco Mundial aponta que em uma sociedade com grandes desigualdades de recursos e rendas, ricos têm mais influência em instituições para seu benefício pessoal. Os princípios de equidade são dessa forma comprometidos ao longo prazo, em que as possibilidades de mobilidade intergeracional (as chances de um filho de pais pobres ficar rico) são ínfimas (MACNAUGHTON, 2017).

Há diversos conceitos de desigualdade, que podem abranger desde desigualdade de renda, desigualdade de condições de sobrevivência e até desigualdade de poder, direitos e justiça. Porém, correntes defendem que, para que se alcance a primeira, será requerida de fato uma maior equidade econômica e de acesso a bens materiais, e que para que os indivíduos possam desenvolver seu potencial é necessário que tenham condições econômicas e sociais similares como ponto de partida. É com essa visão que a elaboração deste trabalho é guiada.

2.2. O PAPEL DO ESTADO: DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Há uma forte ligação entre desigualdades, pobreza e a ausência de direitos sociais. Um dos marcos da consolidação dos direitos sociais é a atribuição de constitucionalidade a eles no início do século XX, simbolizados principalmente nas Constituições do México, em 1917, e de Weimar, em 1919, que deram precedente ao modelo de grande parte das constituições atuais que passam a contemplar esses temas. Durante a década de 1920, além do marco da Primeira Guerra Mundial, ocorreram diversos movimentos relacionados aos direitos sociais, como as reivindicações sociais que deram origem à Revolução Mexicana. Essa década, no

geral, foi um período longo de instabilidade econômica e que culmina na crise de 1929, marcado por um grande aumento de desemprego e pobreza. Tal condição social incitou grandes manifestações nos Estados Unidos para a reivindicação por direitos sociais e por um Estado que não permitisse que a população vivesse em condições deploráveis de desemprego e crise generalizada (SALES, 2015).

Porém, se há o consenso de que esses direitos devem ser garantidos, quem deve ser o responsável por fazê-lo? As discussões dentro das ciências sociais e econômicas têm girado ciclicamente em torno de dois atores opostos para responder essa questão: o Estado e as livres forças do mercado. Enquanto muitos defendem que sem Estado não há desenvolvimento, seja ele econômico ou social, outros defendem que é na verdade o Estado que impede que ajustes naturais do mercado aconteçam e revertam o que pode ser chamado de falhas de mercado (MOREIRA, 2011).

A escolha do Estado como ator responsável final pela garantia dos direitos sociais ocorre no contexto da crise de 1929, através da formação de um Estado ativo, interventor e forte. Sales (2015) apresenta que o Estado de Bem-Estar Social, Estado Intervencionista ou apenas Estado Social, consolidado no século XX pode ser entendido por meio de dois conceitos: o *Welfare State*, muito associado aos sistemas de assistência e de seguridade social, e o Estado intervencionista, que além de atuar em temas sociais teria legitimidade em influenciar em outras esferas além das anteriores, como por exemplo, nas políticas econômicas. Segundo a autora, ambos estão fundados para a ação através políticas públicas, e distingue dois termos associados a esse conceito: *politics* e *policies*. O primeiro é a política em si, a estratégia para alcançar objetivos e poder. Já o segundo, *policies*, diz respeito a ação governamental e pode visar atender tanto às necessidades coletivas, traduzidas como políticas públicas e garantias sociais, como também às necessidades nacionais, como políticas econômicas.

O termo “Estado social” foi constitucionalizado pela primeira vez em 1949, na República Federal Alemã, mas tem relações com um conceito anterior a ele, o keynesianismo. O Estado keynesiano é a base da construção do Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos e dos Estados desenvolvimentistas nos países periféricos.

A ideia keynesiana associa-se fortemente ao Estado de bem-estar social, sendo a crise dos anos 1930 a origem da implementação das políticas keynesianas. O keynesianismo atuou tanto em países centrais, se evidenciando na formação do Estado do Bem Estar Social, como em países periféricos através dos processos de industrialização, evidenciado no Estado Desenvolvimentista (ÁRABE, 2003).

No Estado keynesiano, é através do pleno emprego que o Estado intervém na economia, buscando manter o nível de demanda e superar ciclos contracionistas e de desemprego. Assim, possibilita a proteção da renda de classes mais baixas afetadas por períodos de atividade econômica estagnada por meio de aumento de salário mínimo e acesso a bens básicos julgados indispensáveis. É importante frisar que, nesse trabalho, apesar de saber-se que o keynesianismo é a favor da intervenção estatal apenas no curto-prazo, o conceito é usado para remeter a ideia de um Estado ativo e que interfere nos rumos socioeconômicos dos países.

Com a revolta contra atrocidades acontecidas na Segunda Guerra Mundial, a consolidação de direitos sociais adquiriu ainda mais força, principalmente na Europa, em que políticas públicas em áreas de saúde, educação, seguridade social e outros começaram cada vez mais a ser criadas por meio de medidas intervencionistas dos Estados. Princípios de tratamento igual para todos os indivíduos, acesso universal a direitos básicos, o fim da “limitação” do Estado em que agora não se medem esforços para alcançar tais fins e a noção de que não apenas o padrão mínimo deve ser garantido no começo da vida de cada indivíduo mas sim durante toda sua vida são calcados. Pela primeira vez, emerge um sistema em que políticas sociais são vistas como inseparáveis à política econômica, sendo assumidas como o principal instrumento promotor de desenvolvimento (LAVINAS E SIMÕES, 2017)

Já na América Latina, o Estado de bem-estar social se materializa com um viés muito mais desenvolvimentista e industrial. Após a crise de 1929, a região é marcada por um Estado interventor em processos industriais de substituição de importações, permitindo a formação de uma burguesia com capitais nacionais, e nesse sentido concentrando renda. Por outro lado, políticas de aumento de salário mínimo e direitos trabalhistas foram consolidados por diversos governos.

A partir da década de 1940, com o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria em 1945, a dicotomia dos modelos concorrentes pela hegemonia da

época - capitalismo e socialismo - levanta diversas questões sobre o tamanho do Estado e seu papel na mitigação de desigualdades e pobreza. Para Sales (2015), o Estado Social é fruto da revolução da sociedade ao encarregar o Estado de ser o realizador de certas transformações estruturais, combinando benefícios dos dois modelos concorrentes. Sales (2013, p.32) argumenta que

O Estado Liberal mostrou-se inapto a lidar com tais questões, deixando o proletariado sem qualquer amparo, vivendo em condições deploráveis. O Estado Socialista também falhou em razão do autoritarismo exacerbado e da burocracia estrutural, culminando na eliminação da liberdade dos indivíduos. O Estado Social, ainda que apresente falhas e que os resultados não sejam absolutamente satisfatórios, parece ser o mais adequado para enfrentar as questões relacionadas aos direitos de liberdade e de igualdade de oportunidades, temas essenciais nas discussões sobre o combate à pobreza e à desigualdade. (SALES, 2013, p.32)

O Estado intervencionista mantém-se como referência até a década de 1980, período em que crises econômicas se espalham por diversos países, o colocando em xeque. Assim, abre-se espaço para teorias que vão contra a intervenção do Estado e para o protagonismo de teorias a favor das livres forças de mercado.

2.3. O PAPEL DO MERCADO: NEOLIBERALISMO, ESTADO MÍNIMO E GLOBALIZAÇÃO

O liberalismo apresenta uma visão contrária ao intervencionismo, ou seja, é favorável à ideia de Estado Mínimo na economia. Moreira (2011) aponta que, quando se fala de Adam Smith e o conceito de mão-invisível, o liberalismo acredita em mercados autorregulados e defende que os indivíduos, considerados tomadores de escolhas racionais, quando voltados aos próprios interesses passariam a promover o interesse coletivo. Smith, pregava o liberalismo como oposição ao Estado absolutista, defendia que, mesmo que nesse modelo a distribuição de bens possa ser extremamente desigual, pontos “fora da curva” tanto em concentração de renda quanto em pobreza deveriam ser sustentados em prol da luta contra o absolutismo e pelo início do capitalismo. Assim, tudo o que possa vir a atrapalhar a autorregulação da mão invisível, principalmente a intervenção do Estado, deve ser visto como inadequado. Dessa forma, a ideologia se torna indiferente às desigualdades e disparidades profundas entre indivíduos causadas pelo modelo.

Em 1980 e 1990, nomes como Milton Friedman, Robert Nozick e Friedrich Hayek começam a se sobressair na adaptação do liberalismo ao neoliberalismo. Além disso, teóricos como Karl Popper, Michael Polanyi, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Salvador de Mandrija, Walter Eupken e Walter Lipman se aliaram à corrente (MARINHO, CASTRO e AIRES, 2016). Hayek (1983), autor de “O Caminho da Servidão” e principal nome da Escola Austríaca, defende um liberalismo mais duro e nega qualquer ideia de ação do Estado sobre a vida social e econômica; Rawls, (1987, 1993) aceita o Estado como um “mal necessário” que pode agir para corrigir o que chamamos de “falhas de mercado” e que serão abordadas mais à frente; Friedman (1962) foca na liberdade do indivíduo como um direito a ser defendido por organizações sociais, mas jamais pelo Estado, negando programas sociais e tudo o que representa o *Welfare State*, que é visto como um desestímulo ao trabalho, à concorrência e à produtividade; Friedman e Hayek compartilham da visão de que não existe liberdade política se não houver liberdade econômica e que o Estado, ao tomar decisões econômicas (que sempre envolvem perdedores e vencedores), acabaria por ter que usar a força para implementar medidas econômicas; Nozick se aproxima muito do que pregam Hayek e Friedman, defendendo que os indivíduos têm direitos naturais intrínsecos que por si só deslegitimam a atuação do Estado em qualquer nível (DA SILVA, 2015; THORSEN, 2006). No entanto, alguns pilares econômicos da teoria neoliberal são comuns a seus principais autores, sendo eles:

1) **Livre-mercado:** A liberdade de mercado implica em liberdade de circulação para as mercadorias, o capital e as pessoas, tanto no âmbito interno quanto externo. O neoliberalismo defende o livre-mercado como a força que “fecharia a brecha do atraso, ao passar não somente pela abertura de fronteiras, como também pela estabilização de preços e contas públicas” (IBARRA, 2011). Assim, o principal objetivo desse princípio era que países (principalmente do Terceiro Mundo, e mais ainda da América Latina) abrissem suas portas aos produtos e investimentos estrangeiros, mas principalmente ao capital de curto-prazo. Essa característica se encontra com um dos anseios neoliberais: o de estar presente em todo o globo, se intensificando e se expandindo em volumes e frequências de transação, desde em comunidades economicamente mais desenvolvidas até em comunidades alheias a esse sistema. Nesse ponto surge, novamente, a importância do movimento de

globalização. Ressalta-se, no entanto, que a liberdade de circulação de pessoas entre os países não teve o mesmo grau de empenho e de sucesso que a liberdade de circulação do capital e das mercadorias.

2) Estado mínimo: ações de intervenção do Estado na economia são indesejadas, porque minam a lógica do comércio e reduzem a eficiência econômica. Sua atuação seria aceitável apenas para garantir as liberdades individuais, especialmente a econômica e de propriedade (THORSEN, 2006). Assim, políticas fiscais e cambiais não são toleradas, sendo relegadas às flutuações conduzidas por organizações internacionais (que são, em seu cerne, conduzidas por um limitado número de poderosos países), políticas monetárias devem ser usadas apenas para controle de inflação e gastos sociais devem ser cortados.

3) Privatizações: derivado do princípio do Estado mínimo, a privatização é pregada em concordância ao argumento neoliberal de que o Estado não deve estar presente em nenhum setor em que haja a possibilidade de atuação da iniciativa privada, nem mesmo em setores estratégicos. Colombo e Gargiulo (2016) indicam que a noção de privatização vai além da noção econômica e da transferência de uma propriedade do Estado ao setor privado, mas que contempla uma noção política, em que não apenas serviços e públicos são privatizados mas também espaços comuns e bens coletivos como o meio ambiente, os genes humanos, a água, sementes, entre outros exemplos mais extremos, mas principalmente os que se referem ao Estado de bem-estar social, como a educação, a saúde, o transporte, entre outros. Por fim, a privatização é retratada como um dos principais combatentes à ineficiência e corrupção estatais.

4) Competição: o neoliberalismo contém também uma perspectiva moral de virtude, em que o indivíduo virtuoso e competitivo terá acesso aos mercados relevantes e se destacará nos mesmos. Os indivíduos são vistos como tomadores de escolhas racionais e responsáveis por suas posições dentro do sistema econômico. (THORSEN, 2006). Para a corrente, cada indivíduo é um empreendedor gerenciando sua própria vida e existindo para o mercado, e não o contrário, em que quem não está inserido nessa lógica teria falhado completamente (TREANOR, 2005). Essa visão meritocrática é a-histórica, negando que possa haver processos que colocam os

agentes econômicos em diferentes possibilidades de atuação nos mercados, combatendo portanto movimentos como o sindicalismo.

5) Desregulamentação: a desregulamentação dos mercados consiste na extinção de medidas estatais como controles de preços, de salários, de taxas de juros, de subsídios. Também abrange a desregulamentação do mercado de trabalho “com a substituição do sistema de negociação coletiva nacional pelo contrato individual de trabalho” (MATOS, 2008), além de eliminação do controle na abertura de empresas e em fluxos de investimentos, bem como de controles trabalhistas, como, por exemplo, os que se referem a leis contratuais e limites de demissão.

6) Propriedade privada: a propriedade privada está intimamente ligada ao foco na liberdade dos indivíduos, colocada acima do interesse público. Assim, pode ser expressado, por exemplo, em situações em que alguns indivíduos concentram muitas terras, bens e meios de produção para si mesmos, resguardados pela propriedade privada, e outros morem na rua, em favelas e possuem quase nenhum bem material, pois a garantia da propriedade privada aos primeiros se sobrepõe à dignidade moral no neoliberalismo. (MANCIE, 1997)

7) Austeridade fiscal: provém da necessidade do equilíbrio do orçamento fiscal e resulta frequentemente na recomendação de contenção de despesas, acarretando abandono de políticas de pleno emprego, corte em gastos sociais, aumento de juros, entre outros.

8) Estabilidade de preços: o sistema de preços, segundo o neoliberalismo, é que direciona a “mão invisível do mercado”. Assim, os preços não devem sofrer nenhum tipo de influência estatal (como subsídios que mudam os preços relativos, tarifas sobre produtos importados). Isso justifica a grande importância que é dada ao controle de inflação, através de políticas de austeridade, tornando-a prioridade na política econômica do país.

Além de preceitos econômicos, o neoliberalismo se veste também de preceitos sociológicos que formam a base para sua legitimação social, como defesa das liberdades individuais, da democracia e dos direitos humanos. No entanto, Harvey (2005) enfatiza que o neoliberalismo se trata mais de uma teoria de prática de economia política de que uma ideologia política de fato, e aponta que:

O neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria de práticas econômicas e políticas que propõe que o bem-estar humano pode ser gerado a partir da liberalização de habilidades empresariais individuais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, livre mercado e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para essas práticas. O Estado deve garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade da moeda. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, policiais e legais necessárias para garantir os direitos de propriedade privada e garantir, pela força, se necessário, o bom funcionamento dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como terra, água, educação, saúde, previdência social ou poluição ambiental), eles deverão ser criados por ação estatal, se necessário. Mas além dessas tarefas, o Estado não deve se aventurar. As intervenções estatais nos mercados (uma vez criadas) devem ser reduzidas ao mínimo, porque, segundo a teoria, o estado não pode possuir informações suficientes para adivinhar os sinais do mercado (preços) e porque grupos de interesse poderosos inevitavelmente distorcerão e influenciarão as intervenções estatais (particularmente nas democracias) em benefício próprio. (HARVEY, 2005, p.2)

Da Silva (2015) ainda aponta que, sob a ótica liberal, exploração e opressão social não existem, e a pobreza ocorreria para indivíduos incapazes de competirem sob as regras do mercado, excluindo-se toda a multidimensionalidade e aspecto estrutural que é intrínseco à pobreza e desigualdade na América Latina. Também, desigualdade e pobreza só poderiam ser superadas com a decorrência do crescimento econômico, e o único estrato permitido para sofrer ação de políticas públicas seria o de pessoas em extrema pobreza. Ainda, para o liberalismo as desigualdades não podem ser consideradas injustas, mas frutos de escolhas racionais e justificadas (CAMPOS E CAMPOS, 2014).

Anderson (1995) descreve que, no pós II Guerra Mundial, Hayek convoca personagens como Friedman, Popper, von Mises e outros que viriam a ser os maiores representantes da corrente neoliberal para uma reunião em Mont Pèlerin, na Suíça. O intuito era formar uma espécie de maçonaria neoliberal para combater o keynesianismo e o Estado de bem-estar social, então em seus auge como teoria e modelo econômicos dominantes com seus princípios de busca pelo pleno emprego, geração de demanda e intervenção estatal social. No entanto, pelo contexto, as ideias neoliberais não ganharam terreno até a década de 70, momento de grande virada do cenário econômico global, em que diversos países do mundo marcados por crise da dívida, desemprego e inflação, pediram por respostas que o desenvolvimentismo ancorado no Estado não vinha tendo sucesso em dar.

Com a desaceleração da economia e a recessão global, em que “o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (ANDERSON, 1995, p.2), ideias contra o keynesianismo e contra o Estado forte começaram a ganhar popularidade nos países centrais. Reagan e Thatcher generalizaram a ideia de que as políticas keynesianas foram as responsáveis pelos desequilíbrios econômicos pelos quais suas economias vinham passando, e que o Estado de bem-estar social acarretava cargas tributárias e gastos sociais insustentáveis, e portanto deveria ser focalizado apenas em situações de miséria. (MOREIRA, 2011). Assim, sustentavam que os gastos públicos deveriam ser cortados e todos os seus serviços, como saúde, aposentadoria, entre outros, deveriam ser providos pelo mercado.

Lopes (2011) aponta que a teoria monetarista de Friedman ressurgiu com força a fim de reafirmar a eficiência e superioridade dos mercados e com ênfase na manutenção de estabilidade econômica como objetivo superior ao pleno-emprego buscado pelo keynesianismo. Economistas neoliberais, inclusive, viam a recessão como elemento positivo já que criava espaço para programas de ajuste estrutural. Com isso, as organizações internacionais são dominadas por economistas dessa teoria, levando o FMI à crença de que seu papel era liberalizar os mercados da periferia que até então eram entraves para uma economia aberta. Tudo foi submetido às regras e disciplina do mercado, e o objetivo da transformação estrutural é substituído pelo de integração espacial (GORE, 2000). Segundo Moreira (2011), as ideias de globalização e neoliberalismo se popularizam juntamente à integração e crescimento global, espalhando a ideia de que há processos inadiáveis e irreversíveis de extinção de fronteiras nacionais.

Segundo Ibarra (2011), o neoliberalismo difundiu a abertura de fronteiras, estabilização de preços e contas públicas, bem como se postulou que o desenvolvimento exportador e de investimento estrangeiro erradicariam a pobreza crônica do subdesenvolvimento, enquanto a difusão automática das melhoras tecnológicas elevaria os padrões de vida e se inverteriam em favor da orientação mercantil das políticas públicas. De modo análogo, se sublinhou que os mercados abertos e a transparência das transações do governo ou dos particulares colocariam

um fim na procura de gastos ou privilégios desmerecidos, isto é, serviriam de antídoto eficaz contra a corrupção. (IBARRA, 2011)

De fato, segundo Sen, o mercado não pode ser descartado como instrumento de prosperidade econômica, mas a maneira como a arquitetura econômica foi desenvolvida - com o fim de Bretton Woods a ascensão de FMI e Banco Mundial - reflete uma priorização da estabilidade econômica, enquanto temas como a pobreza, os direitos humanos, a democracia e meio ambiente são deixados em segundo lugar, mesmo que constem figurativamente como prioridades da ONU do liberalismo (ENTENSSORO, 2013). Assim, as medidas que têm como consequências uma drástica redução do padrão de vida dos trabalhadores são comuns em políticas neoliberais, contrastadas com a maximização dos lucros e redução de custos das empresas transnacionais (BORELL, 2008).

O pensamento neoliberal passa a ser tão amplamente difundido que David Harvey (2007) indica que atinge uma nova escala e se torna um discurso hegemônico. Para Harvey, a força da ideologia se dá principalmente pela apropriação de dois valores como se fossem exclusivamente pertencentes ao neoliberalismo: a dignidade humana e a liberdade individual. Segundo a corrente neoliberal, esses valores básicos à civilização estariam seriamente ameaçados não somente pelo fascismo e comunismo, mas por qualquer Estado interventor que preferisse o coletivo às ações individuais, e a corrente se vende como a única opção para que a dignidade humana e a liberdade individuais fossem preservados.

O discurso hegemônico é estruturado através de uma extensa rede de influências ideológicas, abrangendo mídias, corporações e instituições de sociedade civil tais como universidades, escolas, igrejas e associações profissionais. Foram criados e financiados *think-tanks* para o pensamento neoliberal, que juntamente a muitos intelectuais formaram não somente um clima de apoio ao neoliberalismo, mas um verdadeiro consenso, que viria a se materializar na forma do Consenso de Washington (HARVEY, 2007)

2.4. O NEOLIBERALISMO COMO GERADOR DE DESIGUALDADES

Draibe (1993) critica a corrente liberal e suas propostas, primeiramente, por não se ajustarem ao plano real, mas ao conceitual, no qual as necessidades

econômicas e sociais devem ser regidas por princípios de livre mercado. Dessa forma, quando se trata de indicadores relacionados à pobreza e desigualdades, o liberalismo e neoliberalismo não apresentam soluções efetivas direcionadas a eles, o que pode ser exemplificado em várias esferas (DA SILVA, 2015). Como explanado no capítulo anterior, a literatura tem apontado aspectos multidimensionais à pobreza e desigualdades, como má distribuição de renda, não universalização de direitos básicos, saúde, educação, energia, saneamento e trabalho, e causas estruturais presentes nas Relações Internacionais, como hierarquia monetária, trocas desiguais, dependência e falhas de mercado, e há diversos exemplos de como o livre mercado não atua (ou atua negativamente) nesses temas quando se trata de países periféricos como os latino-americanos.

Em uma análise crítica, Borell (2008) argumenta que o neoliberalismo traz consigo um novo padrão de acumulação, que favorece o mercado informal de trabalho e a perda de direitos sociais, reduzindo a proteção da força de trabalho e se limitando apenas a uma atuação assistencialista. Todo esse processo de liberalização seria preferível à existência de um Estado, que na nova ordem mundial globalizada passaria cada vez mais poderes às forças econômicas internacionais. Essas, se legitimam cada vez mais por sua linguagem técnica e empiricista, que se diz neutra e embasada em dados econométricos.

A primeira evidência que observamos da inadequação de políticas neoliberais é sobre os serviços básicos, como educação, saúde e saneamento. A retirada desses serviços da esfera pública para a esfera privada retira seu caráter universal pois limita-os aos que têm condições de pagar por tais serviços, o que pode ser efetivamente caro. O incentivo, por exemplo, da expansão do setor privado na educação na América Latina vai contra os princípios de redução de desigualdades, pois se evidencia em uma mercantilização da educação, negociando-a como mercadoria ao invés de transformá-la em um bem acessível, além de impor a ela a lógica empresarial que busca somente por lucro e rebaixa discussões extremamente importantes caso não sejam convertidas em algo comercializável (SERAFIM, 2011). Por fim, o fato de grandes grupos controlarem sistemas de ensino faz com que reflexões acerca dos efeitos de seus oligopólios sejam discretamente retirados e desencorajados pelos professores submetidos a eles.

A educação pública, universal e de qualidade é um dos pilares na redução de cenários de desigualdades, em que

(...) maiores níveis educacionais conduzem a melhores níveis de renda e maiores rendas conduzem a maior oportunidade de acesso à educação. Por outro lado, o contrário também se verifica, menores níveis educacionais conduzem a menores níveis de renda e menores níveis de renda tendem a conduzir a baixos níveis. (BUENO e DA COSTA, 2017, p.150)

Também, além das desigualdades atuais, há uma questão de reparação de desigualdades históricas. Bueno e Da Costa (2017) indicam que a educação no Brasil, por exemplo, sempre esteve muito voltada aos estratos de classes médias e altas, o que também se observa na formação de outros países latino-americanos, e que se soma a um passado agroexportador e escravocrata, que privava de educação uma enorme parcela da sociedade. Se mercantilizadas, gerações que descendem desse passado continuarão em caráter de exclusão estrutural. Por fim, mazelas estruturais que afligem a região, como o analfabetismo, nunca gozaram de propostas eficientes do setor privado para que fossem solucionadas, pois não atendem às suas expectativas de lucros.

Essa lógica se aplica também ao tema de saúde. Populações mais pobres tendem a ser mais expostas a doenças, com expectativas de vida mais curtas e alimentação deficitária. Transformar o acesso à saúde em mercadoria significa relegar o preço de exames, remédios e tratamento ao mercado, que por vezes é concentrado em grandes grupos que monopolizam algumas opções de planos de saúde, sendo por vezes os únicos em uma região e na prática não oferecem nenhuma opção de escolha ao consumidor, que se vê refém de preços exorbitantes e serviços medianos. Para Bresser-Pereira (2002, p.13),

“no caso da assistência de saúde e da educação, as entidades sem fins lucrativos estão mais bem preparadas para lidar com esses assuntos vitais e delicados, que envolvem direitos humanos essenciais. As empresas comerciais e industriais existem para competir por lucros, enquanto que as organizações sem fins lucrativos (...) estão preparadas para competir por excelência e reconhecimento.” (BRESSER-PEREIRA, 2002, p.13)

Em questões de energia elétrica, o acesso a mesma tem clara correlação com a espacialização desigual causada pela pobreza e desigualdade, sendo um setor que por muito tempo foi negligenciado na América Latina pelo setor privado, que preferiu montar redes elétricas em grandes conglomerados urbanos nos quais o lucro era exorbitante, deixando de lado a ampliação de redes para o interior dos países devido ao alto custo de infraestrutura em que isso acarretaria. Uma das primeiras grandes problemáticas do setor elétrico é que ele é um “monopólio natural”, ou seja, tem grandes barreiras de entrada e grande tendência à concentração de capital (CARNEIRO, 2000). O autor enfatiza que capitais estrangeiros tendem a concentrar sua presença no setor por meio de aquisições e fusões de empresas da área, resultando em no oligopólio que é uma grave falha de mercado. (ROSA ET AL, 1998, apud CARNEIRO, 2000). Já o Estado pode se capitalizar para ter recursos para promover a integração de redes em regiões mais afastadas e que, de fato, em um início podem não ser rentáveis, mas que impactam levando desenvolvimento e oportunidades para uma parcela da população até então excluída e que passa a ter condições de se emancipar econômica e socialmente.

Outro aspecto importante na reprodução de desigualdades é a tributação. A América Latina tem como característica a baixa tributação em capital, patrimônio e renda e a alta incidência de tributos indiretos em produtos de consumo e circulação de mercadorias, o que acaba por penalizar duramente a parcela mais pobre da população que tem maior propensão ao consumo, caracterizando um efeito regressivo sobre as desigualdades (BUENO E DA COSTA, 2017). Nesse sentido, o neoliberalismo falha devido ao fenômeno de financeirização que o caracteriza na contemporaneidade, que veda incidência de impostos sobre o capital financeiro e influencia o Estado para que transfira esses impostos à base da pirâmide social, se esquivando e gerando desigualdades.

No que tange os direitos trabalhistas, o mito da autorregulação não cumpre sua promessa e resulta na acumulação do capital por meio da desproteção do trabalho. Com o princípio do Estado mínimo, o neoliberalismo invalida automaticamente qualquer proteção garantida por intervenção estatal ao trabalhador, acreditando na eficiência da negociação entre empregador e empregado. Na prática, há apenas a assimetria de poder entre ambos, em que o empregado se vê obrigado

a vender seu trabalho por valores ínfimos e em condições deploráveis. Essa condição ultrapassa, inclusive, os limites urbanos de mercado de trabalho, se fazendo presente em regiões rurais marcadas desde sempre pela informalidade na América Latina: por lá, o padrão é de atividades análogas à escravidão, salários que mal servem para subsistência e vasta concentração de riquezas nos empregadores. Dedecca (2015) analisa que

(...)a emergência do mercado de trabalho livre foi simplesmente uma instituição baseada na adoção do contrato de compra e venda da força de trabalho livre das restrições do regime feudal e livre para a exploração capitalista. A crise do capitalismo concorrencial acabou por mostrar que o modelo de autorregulação era suficiente para garantir a emergência e a consolidação desta forma de organização econômica e social, mas era insuficiente para assegurar sua estabilidade e continuidade. (DEDECCA, 2015, p.33)

Harvey (2019) argumenta que, inclusive, essa é uma das maiores contradições do neoliberalismo. Ao afrouxar as pressões para salários decentes aos trabalhadores, gera um movimento em massa de empregadores que pagam o mínimo possível a suas equipes, o que acarreta uma perda do poder de compra dos estratos mais pobres (e mais volumosos) da sociedade. Dessa perda de poder de compra, o sistema capitalista começa a sofrer efeitos negativos ao seu funcionamento, como baixa da demanda agregada e baixo giro da economia. Mesmo assim, os empregadores optam por apoiar tais negociações, apresentando incoerência em seus argumentos de longo prazo.

Quando se fala de causas no âmbito do Sistema Internacional para a geração de desigualdades entre países (e que se repercutem a níveis internos), como aponta o pensamento cepalino, a falta de industrialização da América Latina é uma delas. Chang (2004), em sua renomada obra “Chutando a Escada”, empresta a expressão cunhada por List e demonstra que países que hoje considerados desenvolvidos, na verdade o fizeram através de políticas sociais, industriais, comerciais e tecnológicas fortemente intervencionistas, e que ao pregarem exatamente o oposto aos países periféricos, estariam na verdade escondendo sua fórmula de sucesso e chutando a escada para o desenvolvimento. Ao pregarem a eliminação de barreiras comerciais e a vocação agrícola da América Latina, os países de centro nos prendem à condição de dependência e deterioração dos termos de troca que sofremos há séculos.

Segundo o atual secretário-geral da ONU, António Guterres, “o aumento da desigualdade se tornou a face da globalização”, apontando que o fenômeno da

globalização tem efeito direto sobre as desigualdades e instabilidades sociais (ESTADO DE MINAS, 2018). O fenômeno de mundialização é antigo e acontece desde as primeiras expansões colonialistas e imperialistas, mas a globalização como conceito se refere principalmente ao processo que se inicia em XIX e implica em uma modernização alinhada à crescente integração econômica, social e cultural no mundo (CAMPOS E CANAVEZES, 2007). Para Ramos (2005), há 5 tipos de globalização:

- 1) Internacionalização: crescente interdependência entre países;
- 2) Liberalização: liberalização comercial global pela diminuição de barreiras regulatórias de comércio e liberalização financeira;
- 3) Universalização: difusão cultural global;
- 4) Ocidentalização: supressão de culturas preexistentes pela cultura moderna ocidental;
- 5) Desterritorialização: perda de autonomia das nações sobre decisões econômicas e políticas.

Para Almeida (2015), há fortes vínculos entre a ascensão recente da globalização e da ideologia neoliberal, em que é imposta aos países periféricos uma economia de livre mercado e se procura anular a presença do Estado. Ademais, a abertura externa vem carregada pelo fenômeno de transnacionalização, que é uma das facetas da interdependência.

Dessa forma, demonstra-se a interligação entre pobreza multidimensional, desigualdades e falta de acesso a serviços básicos, em que se constata improvável a superação de um sem a superação de outros. A questão principal se torna, portanto, como e por quem tais fenômenos devem ser superados, já que há duas correntes com respostas opostas a essa pergunta: o Estado interventor e o Estado Mínimo.

Assim, após conceitualizar historicamente o Estado de bem-estar social, o keynesianismo, o liberalismo e o neoliberalismo, são apresentadas as contradições dos dois últimos, evidenciando como as políticas liberais não atuam (ou por vezes atuam negativamente) em casos de pobreza, desigualdades e acesso a serviços básicos. Entre tais impactos negativos gerados pelo neoliberalismo, podem ser citados: favorecimento do mercado informal; perda de direitos dos cidadãos; falta de proteção ao trabalhador; limitação no acesso de serviços universais; falta de soluções para desigualdades estruturais; e aprofundamento de desigualdades entre países.

Em suma, o trabalho assume que, bem como apontam as correntes críticas ao liberalismo e neoliberalismo, o mercado não só é inadequado para ser o ator responsável pela redução de pobreza e desigualdades, como também as cria. Dessa forma, é negada neste trabalho a visão liberal de que está nos indivíduos, e não na estruturas, a responsabilidade pela pobreza e desigualdades. Também, é reforçada a visão de que as falhas de mercado são regras e não exceções, e que assumindo que elas existem e causam efeitos negativos à sociedade, deve-se contar com o Estado para intervir para combatê-las.

3. A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO COMO CONSENSO

São muitos os fatores das origens estruturais de desigualdades na América Latina. Dentre eles, os históricos de colonização, escravidão, latifúndios, elites poderosas e perfil agrário na região foram determinantes para ingressarmos no século XX com diversos problemas resultantes da herança colonial: baixa qualidade de educação, exclusão e discriminação sociais, oligarquias poderosas, dependência de minerais e produtos agrícolas, debilidade do Estados, patronato, rentismo, corrupção e mais (DÍAZ, 2007).

Além de desigualdades internas, a existência de desigualdade entre países no Sistema Internacional influencia diretamente nas desigualdades que se revelam nos níveis nacionais. De acordo com MacNaughton (2017), em 2010, países de alta renda geraram 55% da renda mundial apesar de só possuírem 16% da população global. Enquanto isso, países de renda baixa - com cerca de 72% da população mundial - geraram apenas 1% da renda global. Esses dados enfatizam a profunda desigualdade em como trabalhadores de países pobres recebem quantias muito inferiores aos de países ricos.

Assim, a desigualdade entre os países é muito influenciada pelas posições no Sistema Internacional em hierarquia monetária. A hierarquia monetária explicitada mostra que, em um SI assimétrico, algumas moedas ocupam posição central, algumas têm importância secundária e outras são completamente menosprezadas no SI, como é o caso das moedas latino-americanas. Essa condição subjacente influencia diretamente sobre taxas de câmbio e de juros, comprometendo as possibilidades de desenvolvimento econômico dos países (CONTI, PRATES E PLIHON, 2014).

No contexto global, a posição de países latino-americanos é a de países periféricos marcados pela dependência aos países centrais. Essa dependência manifesta-se pela enorme vulnerabilidade desses países em relação à Divisão Internacional do Trabalho e às trocas desiguais.⁴

O neoliberalismo, com suas recomendações econômicas, se mostra como um grande intensificador desses dois processos, reforçando a posição adjacente da moeda e aprofundando as trocas desiguais. No caso latino-americano, o mecanismo

⁴ Para mais informações sobre trocas desiguais e hierarquia monetária, consultar Conti, Prates e Plihon (2014) e Gilpin (2002)

neoliberal para tal consiste no Consenso de Washington, receituário de ajustes estruturais mantenedores de condições periféricas gerado à partir da ascensão do neoliberalismo como teoria hegemônica.

3.1. A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA LATINO-AMERICANA

Se a vulnerabilidade externa, que é fruto das trocas desiguais e da posição dos países na hierarquia monetária, é a causa da desigualdade estrutural dos países da América Latina, resta, agora, entender os motivos que, a partir da década de 1990, permitiram a adoção das medidas neoliberais e da atual expansão da desigualdade nesses países. Dentro da visão neoliberal, a deterioração de direitos sociais e das políticas públicas tem sido justificada pelo pretexto da necessidade de crescimento econômico. Assim, para entender a ascensão neoliberal e da deterioração de condições sociais na América Latina faz-se necessário entender como a crise da dívida externa da década de 1970 aumentou a vulnerabilidade externa desses países, abrindo espaço para a adoção de medidas neoliberais do CW.

Na década de 1960, a América Latina passou por um período de grandes obras e enormes montantes de gastos dos governos latino-americanos durante as ditaduras militares, financiados por meio de endividamento externo atrelado ao capital internacional. Batista (1994) aponta que nesse contexto de Guerra Fria, a América Latina se encontra “sem *aid* nem *trade*”, ou seja, sem investimentos internacionais devido à guerra e com exportações em baixa.

Assim, se vê compelida a financiar seu desenvolvimento por meio do mercado privado de capitais, que ao longo de 1960 e durante o começo de 1970 se encontrava com enorme liquidez por algumas razões: A primeira se deve à saturação de dólares na economia europeia - os eurodólares - que começam a ser reciclados, ou seja, se desenvolve um mercado de dólares constituído de depósitos e empréstimos feitos por bancos fora dos bancos dos EUA. Também, a regulamentação estadunidense fez com que seus bancos migrassem para o exterior com o fim de fugir de normas e custos, criando paraísos fiscais e possibilitando empréstimos a empresas privadas da América Latina com custos melhores que os até então vigentes. (DATHEIN, 2003). Ademais, com o New Deal e o fim de Bretton Woods e das taxas de câmbio fixas na

Europa, é colocado à disposição da América Latina um grande volume de empréstimos a juros tentadores.

Até então, a economia latino-americana se via em seu auge desenvolvimentista e com inflação controlada. Porém, em 1973, acontece uma externalidade que não havia sido prevista: o primeiro choque do petróleo. Com o aumento de preços, a OPEP gera um grande montante excedente de dólares pelos pagamentos de suas exportações - os petrodólares - que são colocados no mercado de europeu e aumentam a liquidez. No entanto, as multinacionais já não absorviam todos esses recursos e os bancos se voltaram às economias do Terceiro Mundo, colocando os juros a níveis muito baixos e até negativos, e fazendo com que de fato fossem contraídos sem moderação pelos governos latino-americanos da época que confiavam na estabilidade econômica internacional.

No caso latino-americano, um detalhe foi crucial à má-sorte do continente: em 1979 acontece o segundo choque do petróleo e há um giro radical na política monetária americana, somada à queda de preços das matérias-primas, resultando no disparo das taxas flutuantes com as quais foram contraídos os empréstimos, invertendo o quadro de prosperidade para dar início a chamada “década perdida”. Essa elevação se dá devido aos movimentos de política monetária contracionista por parte do *Federal Reserve Board* (FED) nos EUA, que buscavam reafirmar a hegemonia de sua moeda e valorizá-la, provocando uma recessão internacional (DATHEIN, 2003). Batista (1994, p.13) descreve que

O cálculo era temerário. Antes mesmo da primeira crise do petróleo, a abrupta decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro e de deixar flutuar sua moeda já denotava a tendência da superpotência responsável pela estabilidade da ordem econômica vigente a tomar decisões unilateralmente, sem levar em conta o impacto internacional de medidas de grande envergadura (...) Tendência que se evidenciaria, de modo dramático para a América Latina, com a decisão do Federal Reserve System de elevar espetacularmente as taxas de juros sobre o dólar para combater a inflação nos Estados Unidos. Coincidindo com uma política fiscal frouxa do governo norte-americano, a decisão do FED teve efeito especialmente perverso sobre as taxas internacionais de juros e pegaria desprevenida a América Latina, imprudentemente endividada a taxas de juros flutuantes. (BATISTA, 1994, p.13)

Ademais, com o choque do petróleo em 1973, as economias de centro, dependentes da importação desse produto, sofreram um choque de custos. Para controlar, seus governos se utilizam de políticas de contração monetária e fiscal, o

que as leva a um período de redução do crescimento e estagnação combinada com surtos inflacionários, que resultaram em déficits públicos. Mesmo com políticas de substituições de importações, a América Latina ainda tinha uma balança de pagamentos altamente vulnerável aos preços externos, e acaba sofrendo com a “importação” da inflação.

A crise internacional teve o principal efeito de evidenciar as condições de vulnerabilidade e dependência latino-americanas, que foram centrais para que a região se visse tão afetada. Entre 1973 e 1981, a dívida da região em relação ao PIB subiu de 17% para 31%, e os ingressos de capital que entraram em forma de empréstimos foram multiplicados em quase cinco vezes mais que os que entravam como investimento direto entre 1971 e 1981 (MARTINS, 2018).

A situação de dívida fez com que muitos países, como Brasil, México e Argentina, não tivessem outra saída a não ser a suspensão do pagamento do serviço da dívida externa, o que baixa sua credibilidade perante as organizações financeiras internacionais, que negam o refinanciamento da dívida e estrangulam ainda mais suas capacidades de superação da recessão (CRUZ, 2004). A partir disso, Amaral (2007) explica que é gerado um círculo vicioso, em que há a atração de capitais externos de curto prazo e passíveis de flutuação a fim de compensar os desequilíbrios da balança de pagamentos por meio da elevação de juros internos, o que resulta em aumento da dívida externa e da dívida interna. Com isso, há a quebra do setor industrial e produtivo e do consumo, que diminuem devido à possibilidade de lucratividade no rentismo da imobilização de capital. Como consequência, se busca a manutenção de superávits primários que sustentem o pagamento dos juros das dívidas e retomem a confiança perdida dos investidores, em que se diminuem os gastos públicos na busca dessa meta, “de tal forma que esta esfera – e toda a dinâmica da economia nacional – passa a ser subordinada aos interesses e humores do capital financeiro globalizado” (AMARAL, 2007, p.). Tudo isso resulta, na verdade, em mais endividamento e grandes transferências de recursos ao exterior, em formas de juros, amortizações, dividendos e royalties, e aprofundando a restrição ao crescimento causada pelos déficits e pelos altos juros.

Devido à crise, a América Latina sofre uma substantiva queda no volume e preços de suas exportações e diversos investimentos estrangeiros saem do país,

ambos gerando desemprego em massa. Com menos reservas entrando no país e mais desemprego, cai a capacidade de importação do país e diminui-se o salário real da população. Ao mesmo tempo, a criação de novos empregos pela substituição de importações não acontecia, e a descoordenação entre liberação de mão-de-obra agrícola (setor que perdia importância) para a o setor industrial não se realizava, e desemprego e subemprego foram intensificados (CRUZ, 2004).

A vulnerabilidade causada pelas políticas de abertura comercial e financeira, portanto, restringem o crescimento e, na esperança de manter a lucratividade da acumulação interna de capital aumentam a superexploração da força de trabalho disponível na América Latina, que se materializa em arrochos salariais e jornadas de trabalhos maiores, ocasionando em exclusão, desemprego, diminuição dos salários e uma distribuição regressiva da riqueza, que dá início a todos os efeitos maléficos que as desigualdades sociais podem ter no bem-estar social (AMARAL, 2007).

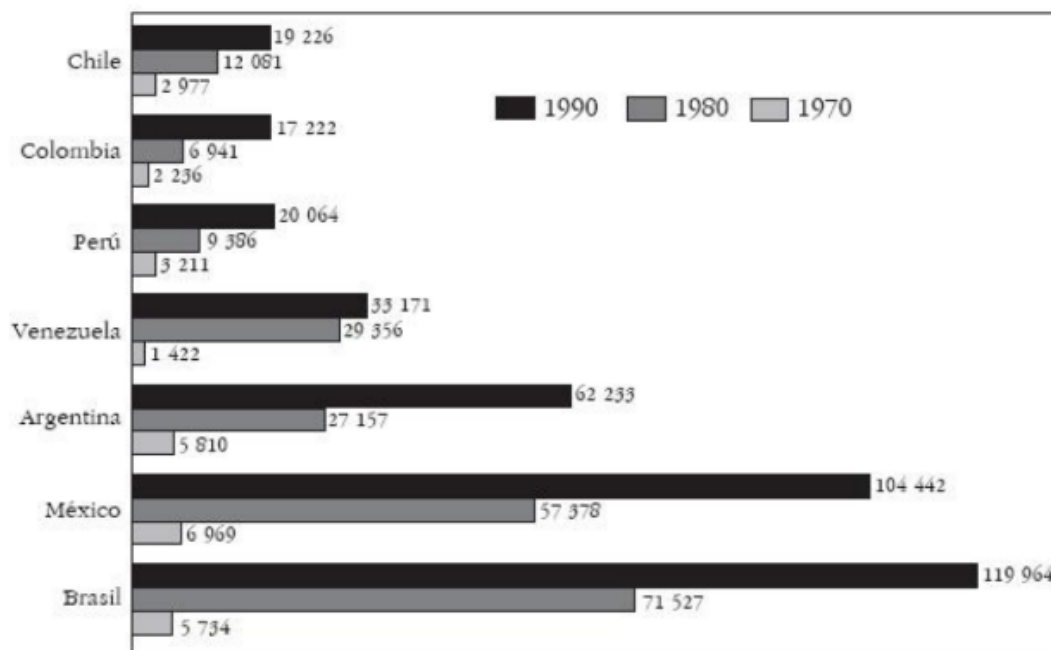
Os países periféricos, ao menor sinal de instabilidade econômica externa, são os primeiros a sofrerem os efeitos de fuga de capitais e investimentos, desequilíbrio na balança de pagamentos, baixa de taxa de lucro e desvalorização da moeda, pois se encontram extremamente interdependentes de capital externo. Qualquer mudança na liquidez, na taxa de juros internacional e no volume de comércio global arrebenta para o lado mais fraco da corda, a periferia.

Muito relacionado ao tópico de globalização e vulnerabilidade, o tópico de dívida externa é extremamente relevante na determinação de desigualdade entre países no Sistema Internacional. O FMI relata que em 2017 a América Latina teve 60,5% de seu PIB comprometido em dívida externa (pública e privada), que se resume basicamente à transferência de enormes recursos aos países de centro em formas de juros que se retroalimentam. Segundo Casanova (1999), em seu cálculo de transferência de excedentes da periferia ao centro, entre 1972 e 1991, os montantes saltaram do já impressionante número de \$441 milhões para \$1,2 bilhão de dólares correntes em transferências. Esse problema é agravado pela desnacionalização econômica, que ultrapassa os problemas de deterioração das contas externas pela remessas de lucros, da concentração de poder e da dependência tecnológica, e que compromete toda a sustentabilidade da economia nacional de países periféricos, porque mina a capacidade do Estado (GONÇALVES, 1999). O custo de se estar

exposto constantemente a desestabilizações internacionais faz com que o país mantenha juros altos para investir capital, que é frequentemente cobrado das classes pobres e médias.

Com o dólar valorizado, as exportações de matéria-prima em colapso e o ciclo vicioso de vulnerabilidade na América Latina, a região adentrou os anos 1980 em profunda crise. Batista (1994) aponta que um dos gatilhos foi a crise do México em 1982, que fica sem reservas, impossibilitado de pedir empréstimos e declara moratória. A partir disso, começa o dominó de outras economias da região caindo na crise da dívida. Entre 1970 e 1980, o autor aponta que as dívidas de Brasil, México, Argentina, Venezuela, Peru, Colômbia e Chile aumentaram em média sete vezes.

Figura 03: Evolução da dívida externa na América Latina (US\$ milhões) (1970-1990)



Fonte: Cruz (2004)

A crise culmina em 1982, quando há a interrupção do fluxo de crédito bancário internacional para a América Latina, e se antes era possível maquiar o desequilíbrio da balança de pagamentos com a contração de empréstimos como reservas, agora já não se pode mais fazer isso. Sem condições de honrar os serviços da dívida externa (pagamento de juros e amortizações), que consumiam, em média, mais de 80% das exportações latino-americanas, os devedores se tornam insolventes e ameaçam a estabilidade dos *money centers* da época, que chegaram a emprestar, por exemplo,

60% de seu capital ao Brasil, mesmo que houvesse um teto de 15% por país tomador. Segundo Portella (1994, p.212):

O súbito racionamento de crédito inviabilizou o modelo de crescimento acelerado com endividamento que vinha sendo seguido por muitos países. Os países devedores tiveram que aceitar o tutelamento estrangeiro e implantar reformas neoliberais, em alguns casos por absoluta falta de opção. A influência do modelo de Washington, que já era grande no Cone Sul, se espalhou por toda a América Latina durante os anos 80 (PORTELLA, 1994, p.212).

Para Ribeiro (2016), a principal influência da dívida pública nas desigualdades se dá pela transferência da tributação paga pela sociedade às classes mais altas que detém os direitos dos intermináveis juros. Com o fenômeno de financeirização, trazido pelas políticas de diplomacia do dólar forte e de retomada de hegemonia dos EUA no Sistema Internacional no início de 1980, a austeridade fiscal que preza pelo saneamento da economia e pelo pagamento de juros da dívida cria uma manutenção de transferências externas que impossibilitam investimentos internos do Estado em políticas públicas que revertam os quadros de pobreza e desigualdade. A dívida externa é, como o aluguel e o juros, mais uma expressão da mais-valia, retirando recursos das classes de base, os direcionando aos credores de classes altas, aprofundando a disparidade entre os dois extremos, e se apropriando do sobre-trabalho que paga a valorização do capital (RIBEIRO, 2016). Isso se acentua na América Latina pois os tributos arrecadados para pagamento de dívida são, em sua maioria, indiretos. Essa forma de tributo incide majoritariamente sobre o consumo, não tomando em conta a renda de quem está tomando recursos e afetando principalmente as classes menos favorecidas, que têm uma parcela maior de sua renda consumida por consumo básico. A rolagem da dívida é um permanente concentrador de grandes volumes de riqueza e limitador de políticas sociais.

Assim, a América Latina vê como única saída solicitar empréstimos ao Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional FMI. Como condições aos empréstimos, as organizações financeiras colocam condições de ajuste estrutural aos países latino-americanos, dando início a uma era neoliberal orquestrada por essas duas organizações internacionais (BATISTA, 1994).

3.2. O CONSENSO DE WASHINGTON

O termo Consenso de Washington foi cunhado por John Williamson em seu trabalho *“What Washington Means by Policy Reform”*, escrito para uma conferência no Instituto de Economia Internacional em 1989 e publicado no ano seguinte para o livro *“The Progress of Policy Reform in Latin America”*. Williamson ocupou o cargo de conselheiro no FMI e tem diversos estudos referentes ao problema da dívida externa em países em desenvolvimento. Ao cunhar este termo, Williamson sintetizava academicamente o que “Washington”, que pode ser entendida como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e o governo dos Estados Unidos, esperava em termos de mudanças políticas econômicas na América Latina desde sua época keynesiana (CRUZ, 2004).

Em novembro de 1989, em Washington, D.C., foram reunidos membros do governo dos Estados Unidos e das grandes organizações financeiras internacionais - o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - a fim de realizarem um balanço da situação latino-americana segundo diversos economistas. Inicialmente com formato acadêmico, ao reunir agentes de tal influência no assunto, o encontro acaba tomando simbolismo maior que o de muitas reuniões de foros multilaterais, em que suas conclusões adquirem o caráter de deliberações neoliberais (BATISTA, 1994).

Portella Filho (1994) aponta que o diagnóstico feito por esses agentes sobre a crise da dívida externa latino-americana se focou pouco nos choques econômicos e muitos nas ações de endividamento. As dívidas externas poderiam ser pagas, segundo esses agentes, com a correção de políticas macroeconômicas sob a orientação do FMI. Para Williamson, as orientações podiam ser resumidas em prudência macroeconômica, liberalização microeconômica e orientação externas das economias. Assim, se transforma em um receituário de ajuste estrutural composto por 10 pontos-chave que deveriam ser perseguidos por todos os países da América Latina, indicados por Béjar (2004) e Cruz (2004):

Tabela 01: Os 10 pontos do Consenso de Washington

| | |
|---|---|
| I. Disciplina fiscal | A exigência de disciplina fiscal por parte do FMI aos tomadores de novos empréstimos partia do pressuposto que déficits fiscais desencadeiam transtornos macroeconômicos, e “não eram resultado de nenhum cálculo racional de benefícios econômicos esperados, mas uma falta de valor e honestidade política para igualar o gasto público aos recursos disponíveis para financiá-lo” (BÉJAR, 2004, p.20, tradução nossa). Assim, a razão déficit/PIB deve ser estabilizada para alcançar a confiança do mercado. |
| II. Prioridades de despesas públicas | Os déficits fiscais poderiam ser eliminados a partir de um aumento da receita do governo ou de uma redução nos seus gastos. Para o Consenso, a segunda maneira é a mais indicada e assim o governo deveria cortar seus gastos com subsídios para saúde, educação e infraestruturas, que afetam negativamente o livre mercado. |
| III. Reforma tributária | Apesar de incluída no receituário, tinha menor importância aos formuladores, que não gostariam que a solução estivesse apenas em aumentar as receitas do governo. Para eles a tributação deveria ter uma base ampla e alíquotas marginais não muito amplas. |
| IV. Taxa de juros a níveis de mercado | Essas deveriam ser definidas pelo mercado para que não haja má alocação no mesmo, e positivas para que os investimentos permaneçam no país, de forma a evitar aumentos na dívida do governo. |
| V. Taxa de câmbio | Da mesma forma que a taxa de juros, o mais indicado, segundo o Consenso, era manter os juros a níveis determinados pelo mercado. Entretanto, como se tratava de países em desenvolvimento, seria recomendável manter a taxa de câmbio em um nível minimamente competitivo para viabilizar exportações e manter o crescimento do país, diferentemente do que havia sido feito durante o período de substituições de importações. |
| VI. Liberalização comercial | As orientações guiavam para a implementação de políticas comerciais de liberalização das importações, justificadas pelo acesso de produtos e preços competitivos no mercado internacional, incentivando as exportações desses países. Para o Consenso, o controle das importações só levaria a um empobrecimento das exportações do país. |
| VII. Investimento Estrangeiro Direto (IED) | Segundo o Consenso, os fluxos de capital deveriam ser totalmente abertos, argumentando que barreiras ao investimento direto externo atrapalhavam o potencial dos países para captar bons investimentos em capital e tecnologias necessários para o desenvolvimento econômico. Dessa forma, Washington acusa como nacionalista qualquer política de restrição de entrada de investimentos externos. |
| VIII. Privatização | A venda das empresas estatais é uma maneira de diminuir os déficits com a receita que seria gerada, além de diminuir os gastos públicos, uma vez que o investimento nas empresas não precisaria mais ser feito com o dinheiro do governo. Essa medida também poderia aumentar a competitividade das empresas nos mercados interno e externo, já que não haveria mais empresas estatais recebendo subsídios do governo, o que segundo o neoliberalismo é extremamente benéfico pois força as empresas a aumentarem sua eficiência. |

| | |
|------------------------------------|--|
| IX. Desregulação | A medida de desregulação dos mercados os incentivaria a operar por meio dos seus próprios mecanismos, sem que o governo tivesse controle em questões como o estabelecimento de novas firmas, novos investimentos, fluxos de investimento estrangeiros e de remessas de lucros, controles de preços, barreiras de importações, impostos sobre empresas e outros. Com isso, haveria o estímulo de negócios em geral. |
| X. Direitos de propriedade. | Para o bom funcionamento do sistema capitalista, os direitos de propriedade deveriam ser bem distribuídos e seguros. Como na América Latina entendia-se que não havia segurança sobre os direitos de propriedade, isso era algo que deveria ser implementado. |

Fonte: Adaptado de Béjar (2004) e Cruz (2004)

Das dez propostas para o ajuste estrutural, Bresser-Pereira (1991) indica que as cinco primeiras se referem à uma terapia de choque ortodoxa para estabilização da economia em prol do mercado, enquanto as outras cinco apenas complementam a premissa de diminuição do Estado, reforçando o diagnóstico de crise devido à indisciplina fiscal e estatismo. No novo receituário não são considerados a redução de despesas correntes e aumento de impostos, apenas o corte de investimentos, fazendo com que o Estado perca totalmente sua capacidade de promover políticas públicas de desenvolvimento e bem-estar social.

Em suma, os “dogmas da fé” neoliberais podem ser sintetizados nos seguintes: dada a maior eficiência do setor privado, o Estado deve ser mínimo, inclusive quando se trata de serviços universais como água potável ou eletricidade; ao Estado, cabe apenas a tarefa de promoção de estabilidade e em poucos casos, a correção de falhas do mercado; as economias devem se internacionalizar a todo custo e atrair o máximo possível de capital; e a riqueza gerada será naturalmente distribuída em cascata desde as elites até as bases sociais (MARTÍNEZ RANGEL, GARMENDIA e SOTO, 2012).

Almeida (2015) aponta que o consenso neoliberal é uma ferramenta de dominação pela globalização, subscrita pelos Estados centrais que podiam ditar políticas de desenvolvimento de acordo com seus interesses. Para o autor, “o Consenso é uma deliberação política dos Estados hegemônicos, como são políticas as decisões dos Estados que o adotaram com mais ou menos autonomia, com mais ou menos seletividade”, possibilitado pela globalização capitalista neoliberal (ALMEIDA, 2015, p.155).

A partir da nova era neoliberal marcada pela globalização financeira, o Banco Mundial tinha como principal objetivo implementar o ajuste estrutural em países endividados da América Latina, inaugurando uma nova modalidade de empréstimos para políticas, e não para projetos, condicionados a acordos de estabilização monetária. Para Pereira (2018), um dos instrumentos de dominação dos Estados centrais por meio desta organização é a agenda da “boa governança”, que era o slogan geral das políticas e técnicas a serem aplicados nos países tomadores de empréstimos. Essa boa governança estaria ligada à promoção de democracias de mercado e colocava a gestão da liberalização econômica sob cargo de equipes técnicas em cada país que estivessem desligadas de ideais políticos e partidários e pronta para seguir o manual estadunidense. Segundo essa teoria, o ajuste era benéfico aos pobres pois teria um efeito cascata: com custos sociais iniciais, mas que depois transbordariam até essas classes os benefícios das reformas por meio de um *trickle-down effect*, ou seja, o gotejamento gradual da renda para os estratos mais baixos. Assim, programas de combate à pobreza foram deixados de lado em nome da liberalização e privatização (PEREIRA, 2018).

O laboratório de início de teste neoliberal, antes mesmo da culminação da crise da dívida, foi durante o governo ditatorial de Pinochet, no Chile, em 1973. Muito antes da virada neoliberal latino-americana, a equipe econômica da ditadura chilena já se inspirava nos ensinamentos de Friedman e aplicava privatizações, desmantelamento da previdência social e abertura de recursos naturais à exploração privada. Em 1976, na Argentina, o governo de General Videla deu passos na implantação de políticas neoliberais. No entanto, é a partir do Consenso de Washington que esse processo é intensificado nesses países e espalhado para outros. No final de 1980 e nos anos 1990, o social-liberalismo passa a aderir com vigor às políticas do ajuste. O México é o primeiro com a chegada de Salinas de Gortari, em 1988, à presidência, seguida da eleição de Menem, em 1989, na Argentina, de Pérez no mesmo ano na Venezuela, de Collor no Brasil em 1989 e de Fujimori, em 1990, no Peru. (CAMPOS e CAMPOS, 2014; IBARRA, 2011).

Essa virada representa uma mudança de paradigma nas Relações Internacionais, em que é abandonado o Estado desenvolvimentista a favor do chamado Estado normal. Esse novo paradigma afirma o triunfo capitalista

estadunidense como nova hegemonia, e para agradar o novo líder, ser “normal” se converteu no maior objetivo da América Latina, com exceção de Cuba, fazendo com que os governantes aderissem ao consenso de forma quase acrítica. Como país normal, princípios de autodeterminação e não intervenção eram deixados de lado, e o apoio a qualquer ação dos EUA era quase que incondicional. Ministérios e embaixadas passam a ser ocupadas apenas por jovens formados em universidades estadunidenses e com histórico nas agências internacionais condutoras do Consenso. Se exclui a inteligência local do estruturalismo cepalino e com ele as ideias de centro-periferia, deterioração dos termos de troca, industrialização, busca ao pleno emprego e renda e se introduz a ideia de um mundo harmônico guiado pelo mercado. (CERVO, 2001)

4. A IMPLEMENTAÇÃO DO CONSENSO: INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS REFORMAS

A estratégia de desenvolvimento neoliberal foi estruturada para atender a dois objetivos principais: estabilização macroeconômica (controle inflacionário e das contas públicas) e, a partir deste, reformas estruturais radicais para liberalização, desregulação, abertura de mercados e privatização. O primeiro se dá a fim de manter condições de longo prazo que viabilizem investimentos, além de defender a visão ortodoxa de que déficits fiscais são o principal causador de inflação. Já as reformas visam aumentar o papel do mercado na determinação de preços a fim de aumentar a produtividade dos fatores de produção, o que supostamente resultaria em um crescimento que seria posteriormente redistribuído (PEREIRA, 2018).

Assim, busca-se neste capítulo explorar a cronologia e a intensidade das reformas na região e de acordo com as particularidades de cada país, enfatizando os custos sociais gerados por elas em indicadores relacionados ao desenvolvimento humano, à pobreza multidimensional às capacidades humanas de Amartya Sen, sendo eles i) Pobreza e desigualdades, ii) Emprego, renda e seguridade social, iii) Acesso à educação pública (dividida em educação primária, secundária e superior) e iv) Acesso à saúde pública.

4.1. CRONOLOGIA E INTENSIDADE DAS REFORMAS

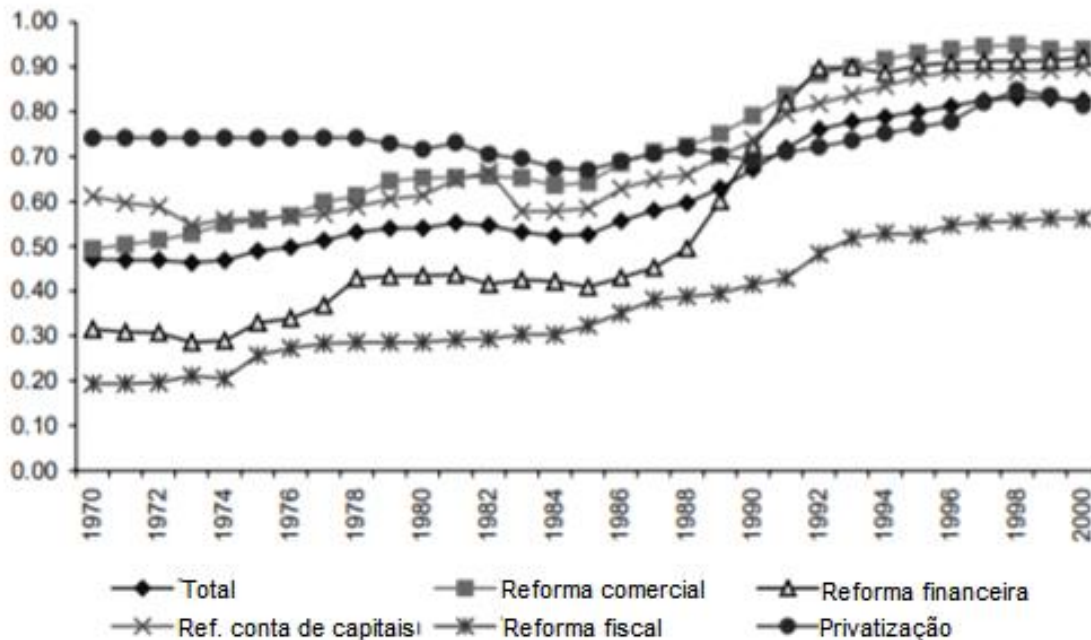
De forma menos sistemática, porém rigorosa, é iniciada a primeira fase de implementação de reformas neoliberais na região, que dura de 1982, data de estopim da crise, até 1988, fim do governo de Ronald Reagan. Nesse período, não houve margem para negociação das dívidas externas e a cobrança do FMI e do BIRD foi rigorosa. (PORTELLA, 1994).

Em busca da tão valiosa estabilidade econômica, os Estados latino-americanos começam a realizar cortes nos gastos públicos, privatizar empresas estatais visando o pagamento da dívida, abrir mercados e liberalizar o câmbio (CAMPOS E CAMPOS, 2014). Essas medidas foram justificadas como sendo a única solução para a crise, em sua condição de dependente do capital internacional, além de reforçadas pelo contexto pós Guerra Fria, em que com a queda do muro de Berlim,

os Estados Unidos se solidificam como a nova hegemonia, firmando seus valores liberais da Pax Americana como os que passariam a guiar a nova ordem econômica internacional a partir desse momento (BATISTA, 1994).

No entanto, mesmo que com objetivos semelhantes, as reformas ocorrem de distintas maneira e em distintas fases em cada país da região, inclusive com casos anteriores ao marco oficial do Consenso em 1989. Desde 1970, principalmente no Cone Sul formado por Argentina, Chile e Uruguai, algumas reformas já começaram a ser implementadas, com destaque para liberalização de capitais e privatizações. Porém, com a crise da dívida e a década perdida a partir de 1982, muitas reformas são suspensas temporariamente. É a partir de 1985 que o fluxo de reformas se intensifica consideravelmente na América Latina e Caribe, iniciando por medidas liberalização comercial e de mercados financeiros domésticos e a partir de 1990 intensificando a liberalização de fluxos de capital externo. (OCAMPO, 2003)

Figura 04: Indicadores de reformas (1970-2000)



Fonte: Ocampo (2003)

Assim, os níveis regionais de reformas incidem em cinco indicadores: reforma comercial, liberalização financeira doméstica, liberalização da conta de capitais,

privatização e sistema de impostos, como demonstra a figura 4. Esses índices foram organizados de 0 a 1, em que 1 indica graus mais intensos de reformas. Os índices de privatização se mantiveram regionalmente estáveis desde 1970, variando em torno do 0,75. Já os índices de reforma comercial, reforma da conta de capitais e reforma financeira têm um avanço notável a partir de 1985 e até 1990. Por fim, a reforma de impostos foi a mais discreta tanto em variação - variando entre 0,2 e 0,5 de 1970 a 2000, mas também em valores totais (OCAMPO, 2003)

Na primeira fase de reformas, que abrangem o começo dos anos 1970 até meados de 1980, é importante lembrar que a maioria dos países ainda estava sob governos ditatoriais alinhados ao neoliberalismo. Nesse contexto, sindicatos são massacrados, se baixam os impostos ao capital e se abrem as economias ao exterior de forma unilateral através da baixa de tarifas e liberalização de fluxos financeiros (ESTAY, 2016). Nessa primeira fase, os primeiros reformadores se agrupam em torno de liberalização das contas de capitais e privatização, mas ainda sem mudanças estruturais. Na segunda onda de finais de 1980, as reformas se concentram nos países do Caribe e do Cone Sul, novamente. Por fim, nas tardias reformas de 1990, a região toda se vê imersa nas novas dinâmicas neoliberais, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 02: Cronologia das reformas (1970 a 1995)

| | Reforma comercial (>.85) | Reforma fiscal (>.6) | Reforma financeira (>.9) | Liberalização da conta de capitais (>.85) | Privatização (>.8) |
|-----------|------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|---|---|
| 1970 | - | - | - | Costa Rica Venezuela Argentina | Paraguai, Peru, El Salvador, Guatemala, Uruguai, Brasil, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana |
| 1971-1985 | Chile Bolívia El Salvador | Uruguai Chile | Colômbia Uruguai Chile | Reversão na Costa Rica, Venezuela, Argentina | Reversão no Paraguai, Peru, Costa Rica e Colômbia |

| | | | | | |
|-----------|---|---------------------------------------|--|--|---|
| 1986-1990 | Argentina, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela | Bolívia Brasil | Paraguai, Bolívia, El Salvador, Brasil, Argentina, México e Costa Rica | Bolívia, Costa Rica, Guatemala, Jamaica | Paraguai, Peru |
| 1991-1995 | Brasil, República Dominicana, Equador, Honduras, Jamais, Peru | Costa Rica El Salvador Paraguai | Peru, República Dominicana, Equador, Guatemala, Honduras, Jamaica | Argentina, República Dominicana, Equador, El Salvador, Honduras, Peru, Venezuela | Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México |

Fonte: MACHADO E MORLEY (1999), tradução nossa

De fato, a região necessitava de políticas de estabilização que controlassem os altos níveis de inflação, e nesse sentido as reformas foram exitosas. Cano (2001) descreve que em 1998 os preços ao consumidor haviam atingido a taxa média anual de 364%, passando a 1680% em 1990. Porém, no ano seguinte já se encontravam em 199% e em 25% em 1995, muito devido aos programas de estabilização argentino e brasileiro nesses dois períodos. Os principais instrumentos usados nesses programas foram juros reais elevados, controle de expansão de moeda e de crédito, câmbio valorizado e cortes de gastos nos orçamentos fiscais.

Porém, há evidências de outros indicadores além da inflação não foram beneficiados como prega o discurso hegemônico. O déficit do balanço em transações correntes (US\$ bilhões) passou de 9 em 1989 para 47,7 em 1994, voltando a melhorar só em torno de 2000. Os investimentos diretos de longo prazo, tão esperados pelas reformas, continuaram irrelevantes e representavam menos de 2,5% entre 1997 e 1998. Ademais, a maioria desses investimentos eram em operações de privatizações, dívida externa e transferência de propriedade, não significando nenhuma melhora de capacidade produtiva.

Serbin, Isa-Contreras e Peña (2007, p.18) apontam que as novas políticas neoliberais “não acarretaram uma alocação de recursos mais eficiente, minando o potencial de crescimento da região”. Além disso, a geração de empregos formais diminuiu, contribuindo para o aumento da distância entre os maiores salários e os

salários de base. Com o aumento da informalidade, leis de trabalho foram ignoradas e a produtividade também diminuiu. Por fim, o aumento da relação de remessa de lucros / exportações de bens e serviços aumenta de 4,1% em 1991 para 5,8% em 1999, evidenciando que o capital gerado na América Latina era transferido para fora.

De acordo com Pereira (2018), com a desregulamentação da economia, os Estados latino-americanos abandonaram a promoção de mobilidade social, tendo passado por três mudanças principais durante o ajuste macroeconômico: primeiramente, passam a ser vistas estritamente como gastos, e não mais como investimentos; também, tinha um perfil assistencialista que visava impedir que situações de pobreza piorassem, mas não necessariamente que emprego e renda melhorassem nos extratos mais pobres da população. Por fim, confiava no efeito derrame e via políticas sociais como transitórias e flexíveis. Assim, diversos estudos avaliam que as reformas trouxeram consequências posteriores à região, principalmente no que se refere a custos sociais.

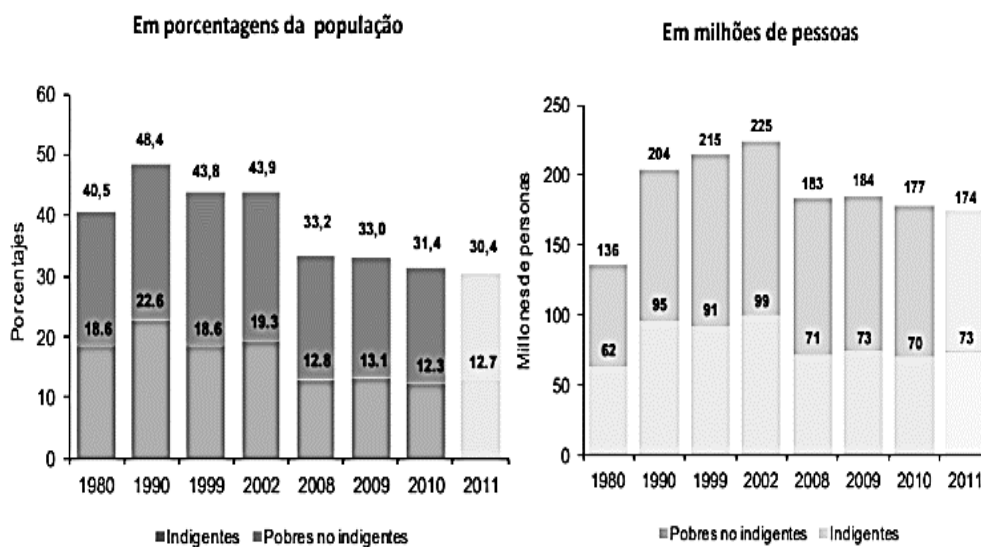
4.2. OS CUSTOS SOCIAIS DA REFORMA

4.2.1. POBREZA E DESIGUALDADES

Entre 1980 e 1990, os percentuais de pobreza na América Latina subiram de 40,5% a 48,5%, ou seja, praticamente metade de todo o continente vivia em condições de desenvolvimento extremamente limitadas, como demonstram as figuras 5 e 6. Entre 1990 e 1999, houve uma queda de quase 5% neste índice, passando a 43,8%, mas que já volta a subir em 2002. A mesma tendência é refletida nos indicadores de indigência, que aumentam para 22,6% em 1990 e com uma leve baixa em 1999. O aumento da pobreza fica ainda mais evidente quando analisamos os números totais ao invés das porcentagens. Entre 1980 e 1990, 68 milhões de pessoas entraram em condição de pobreza na região, passando de 136 milhões de pobres a 204 milhões. Esse número, ao contrário dos percentuais, não apresenta nenhuma tendência de redução até 2002 e segue crescendo para 215 milhões em 1999 e 225 milhões de pessoas pobres em 2002, só iniciando um período de queda a partir deste ano, que representa um marco na região pela ascensão de governos de esquerda com políticas

anti-ajustes. O mesmo se confirma em números de pobres indigentes, que passam 62 milhões de pessoas em 1980 para 99 milhões em 2002.

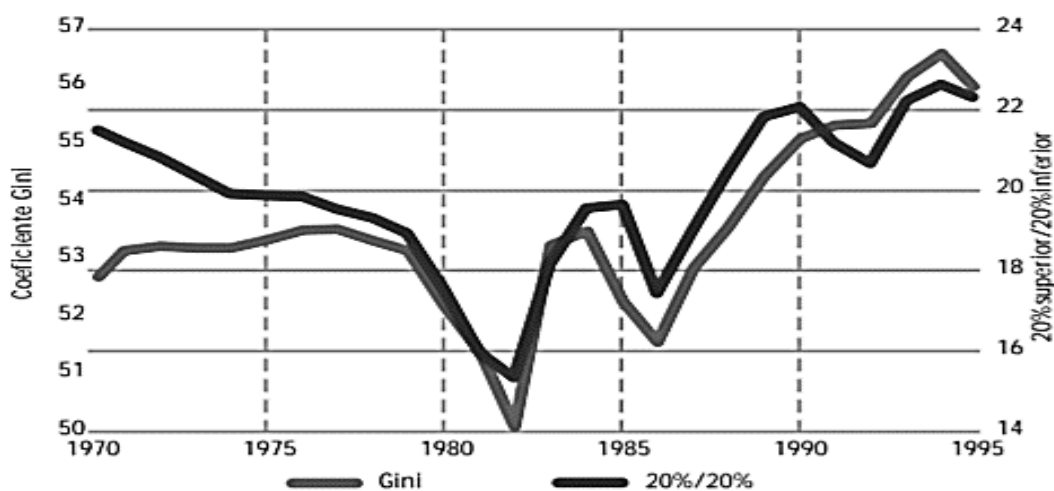
Figura 05: Evolução da quantidade de pobres e indigentes na América Latina (em porcentagens da população e em milhões de pessoas) (1980-2011)



Fonte: CEPAL, 2010

Enquanto o número de pobres aumentou milhões, a razão entre a renda dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres disparou de 13% a cerca de 23% entre 1980 e 1995, padrão que se repete no índice de Gini, que sobe de 50 a cerca de 56 no mesmo período, como evidenciado na figura 6 abaixo.

Figura 06: Desigualdade na América Latina (1970-1995)



Fonte: LONDONO E SZÉKELY (1997) apud BID (1997)

Quando passamos à comparação entre o 1% mais pobre e o 1% mais rico os dados são ainda mais chocantes. Em 25 anos, a renda do 1% mais pobre sobe de \$112 a \$159 uma diferença de míseros \$47. Enquanto isso, a renda do 1% mais rico sobe no mesmo período de \$40.711 a \$66.363 dólares, uma diferença mais de \$25 mil, como mostrado na tabela abaixo. Isso significa que a renda do 1% mais rico, que já era 363 vezes maior que a do 1% mais pobre, passa a ser 417 maior, evidenciando os processos de concentração de renda gerados nos períodos de ajuste neoliberal na América Latina.

Tabela 03: PIB per capita anual ajustado (1970-1995)

| Subgrupo | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1995 |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 1% mais pobre | \$ 112 | \$ 170 | \$ 184 | \$ 193 | \$ 180 | \$ 159 |
| 1% mais rico | \$ 40.711 | \$ 46.556 | \$ 43.685 | \$ 54.929 | \$ 64.948 | \$ 66.363 |
| Razão entre rendas | \$ 363 | \$ 274 | \$ 237 | \$ 285 | \$ 361 | \$ 417 |

Fonte: LONDOÑO E SZÉKELY (200)

Apesar de ser uma tendência regional, esse processo de agravamento das desigualdades e concentração de renda se deu de forma distinta em cada país. Na tabela abaixo, que traz índices da distribuição entre os primeiro e último quintil de renda entre os anos de 1990 e 1999, notamos que países Argentina, Colômbia, Equador e Paraguai são os que mais tiveram perda na participação de renda dos 20% mais pobres no total do PIB. Por outro lado, Colômbia e Costa Rica são os que mais apresentaram enriquecimento dos 20% mais ricos no mesmo período.

Tabela 04 Distribuição do primeiro e último quintil de renda (diversos países) (1990-1999)

| <i>Países</i> | Quintis ¹ | | | |
|-----------------------------------|----------------------|-------|------|------|
| | 1990 | | 1999 | |
| | Q1 | Q5 | Q1 | Q5 |
| Argentina ^G | 4,2 | 55,0 | 3,4 | 58,8 |
| Bolívia ^{A C G} | 3,2 | 58,2 | 3,8 | 55,6 |
| Brasil | 2,0 | 66,8 | 2 | 68 |
| Chile ^E | 3,6 | 60,6 | 3,4 | 61,4 |
| Colômbia ^B | 3,6 | 57,8 | 2,8 | 61,6 |
| Costa Rica | 4,2 | 48,4 | 4,0 | 52,2 |
| Equador ^G | 4,8 | 51,8 | 3,8 | 57,6 |
| El Salvador | - | - | 3,0 | 55,8 |
| Guatemala ^{A F} | 2,6 | 63,0 | 3,6 | 60,8 |
| Honduras ^C | 2,4 | 65,6 | 2,8 | 60,4 |
| México ^{A E} | 3,8 | 58,6 | 3,4 | 59,0 |
| Nicarágua ^{D F} | 2,0 | 61,4 | 2,0 | 61,4 |
| Panamá ^G | 3,2 | 57,2 | 3,8 | 54,8 |
| Paraguai ^G | 5,2 | 51,00 | 4,2 | 54,8 |
| Peru | - | - | 3,0 | 58,6 |
| República Dominicana ^B | - | - | - | - |
| Uruguai ^G | 4,8 | 54,6 | 5,00 | 49,8 |
| Venezuela | 4,2 | 52,0 | 3,6 | 54,2 |
| América Latina ^G | 3,9 | 55,9 | 3,8 | 56,5 |

Fonte: Mattei (2017)

4.2.2. EMPREGO, RENDA E SEGURIDADE SOCIAL

Um dos aspectos sociais mais afetados com as reformas é o que se refere ao trabalho, e o desemprego é uma das variáveis mais afetadas nesse período, bem como a informalização e precarização na região. Entre 1980 e 1990, o desemprego esteve em uma média de 6,6% na região, subindo a 7,2% em 1995 e alcançando os 8,4% em 2000, como mostra a tabela abaixo. Analisando individualmente, Argentina, Colômbia, Uruguai e Venezuela são os que atingem níveis mais alarmantes, alcançando dois dígitos de variação nesse período. Esse níveis de desemprego tiveram resultados diretos nas condições de vida da população latino-americana e, inclusive, superaram índices da década perdida e da crise da dívida, mostrando a gravidade da situação. (STALLINGS e WELLER, 2001)

Tabela 05: Taxas de desemprego (diversos países) (1980-2000)

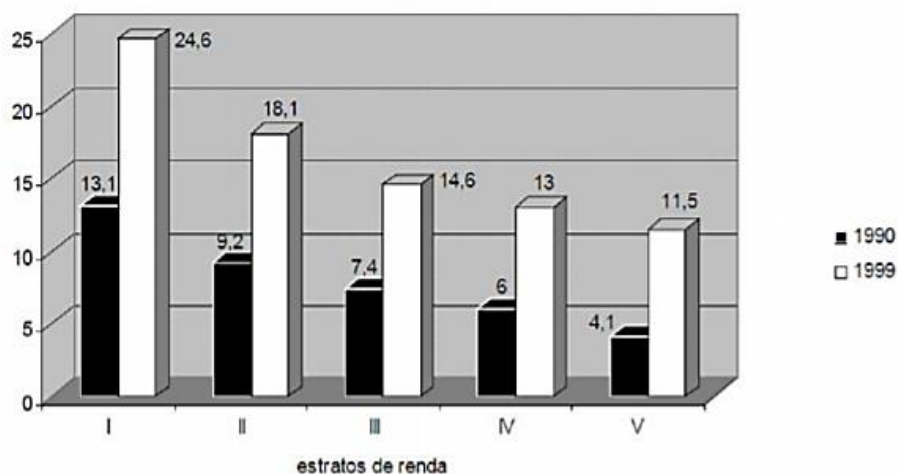
| | 1980-90 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 ^a |
|-------------------------------------|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------------------|
| América Latina | 6.6 | 5.7 | 6.1 | 6.2 | 6.3 | 7.2 | 7.7 | 7.3 | 7.9 | 8.7 | 8.4 |
| Argentina ^b | 5.5 | 6.5 | 7.0 | 9.6 | 11.5 | 17.5 | 17.2 | 14.9 | 12.9 | 14.3 | 15.1 |
| Bolívia ^b | 7.8 | 5.8 | 5.4 | 5.8 | 3.1 | 3.6 | 3.8 | 4.4 | 6.1 | 8.0 | 7.6 |
| Brasil ^b | 5.3 | 4.8 | 5.8 | 5.4 | 5.1 | 4.6 | 5.4 | 5.7 | 7.6 | 7.6 | 7.1 |
| Chile ^c | 11.9 | 8.2 | 6.7 | 6.5 | 7.8 | 7.4 | 6.4 | 6.1 | 6.4 | 9.8 | 9.2 |
| Colômbia ^{b d} | 11.2 | 10.2 | 10.2 | 8.6 | 8.9 | 8.8 | 11.2 | 12.4 | 15.3 | 19.4 | 20.2 |
| Costa Rica ^b | 6.8 | 6.0 | 4.3 | 4.0 | 4.3 | 5.7 | 6.6 | 5.9 | 5.4 | 6.2 | 5.3 |
| El Salvador ^b | 9.3 | 7.9 | 8.2 | 8.1 | 7.0 | 7.0 | 7.5 | 7.5 | 7.6 | 6.9 | 6.7 |
| Guatemala ^c | 8.0 | 4.2 | 1.6 | 2.6 | 3.5 | 3.9 | 5.2 | 5.1 | 3.8 | ... | ... |
| Honduras ^b | 9.7 | 7.4 | 6.0 | 7.0 | 4.0 | 5.6 | 6.5 | 5.8 | 5.2 | 5.3 | ... |
| México ^b | 4.3 | 2.7 | 2.8 | 3.4 | 3.7 | 6.2 | 5.5 | 3.7 | 3.2 | 2.5 | 2.2 |
| Nicaragua ^c | 5.3 | 11.5 | 14.4 | 17.8 | 17.1 | 16.9 | 16.0 | 14.3 | 13.2 | 10.7 | 9.8 |
| Panamá ^{b d} | 14.5 | 19.3 | 17.5 | 15.6 | 16.0 | 16.6 | 16.9 | 15.5 | 15.2 | 14.0 | 15.2 |
| Paraguai ^b | 5.6 | 5.1 | 5.3 | 5.1 | 4.4 | 5.3 | 8.2 | 7.1 | 6.6 | 9.4 | 8.6 |
| Perú ^b | 7.4 | 5.9 | 9.4 | 9.9 | 8.8 | 8.2 | 8.0 | 9.2 | 8.5 | 9.2 | 8.5 |
| República Dominicana ^{c d} | ... | 19.6 | 20.3 | 19.9 | 16.0 | 15.8 | 16.5 | 15.9 | 14.3 | 13.8 | 13.9 |
| Uruguai ^b | 8.9 | 8.9 | 9.0 | 8.3 | 9.2 | 10.3 | 11.9 | 11.5 | 10.1 | 11.3 | 13.6 |
| Venezuela ^c | 9.3 | 9.5 | 7.8 | 6.6 | 8.7 | 10.3 | 11.8 | 11.4 | 11.3 | 14.9 | 13.9 |

*a) cifras preliminares b) zonas urbanas c) total nacional d) inclui desemprego oculto

Fonte: Stallings e Weller (2001)

Quando analisada por quintis de renda, é visível que quanto menor a renda, maior a taxa de desemprego que sobre ela incide nesse período, como mostra a figura 7. Para os 20% mais pobres, a taxa de desemprego na região saltou de 1,1% em 1990 para 24,6% em 1999, mostrando que quase ¼ da população mais pobre estava desempregada neste ano. Para os quintis II, III e IV, a taxa de desemprego dobrou durante essa década, mostrando que os efeitos sobre a classe média também foram significativos. No quintil mais rico, as taxas também avançaram em grande proporção, passando de 4,1% a 11,5%. Porém, como esse extrato obtém sua renda por outros meios ademais do trabalho (como rendimentos, dividendo e lucros), supõe-se que o impacto em suas condições de vida tenha sido menor que mostra esse índice.

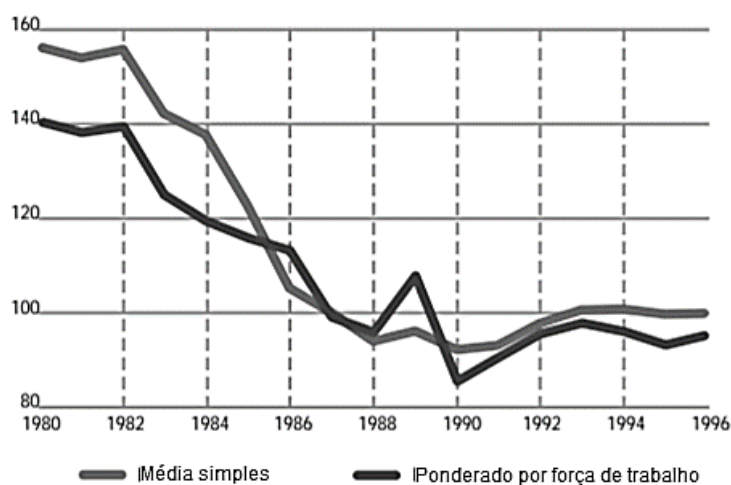
Figura 07: Taxa de desemprego por quintil de renda na América Latina (1990-1999)



Fonte: CAMPOS (2017)

Aos que ainda estavam empregados também houve prejuízos. Conforme mostra a figura 8, o salário real na América Latina cai cerca de 60% entre os anos de 1980 e 1996. Países como Brasil, México, Peru e Venezuela foram os maiores responsáveis por essa queda no índice. A partir de 1990 há uma leve tendência de recuperação, mas ainda muito modesta - inferior a 10% - e relevante somente no Chile, México e Peru. Além disso, segundo dados da CEPAL (2018), a participação da remuneração dos trabalhadores assalariados no PIB da região também sofreu queda, baixando de cerca de 42% em 1970 a cerca de 34% em 2002.

Figura 08: Salário real na América Latina (Índice de 1987 = 100) (1980-1996)
(Índices 1987=100)



Fonte: BID (1997)

Assim, é percebida uma correlação direta entre o índice de reformas econômicas na região e a evolução de taxas de pobreza e desemprego, como demonstra a tabela. Conforme demonstra Campos (2017) em seu trabalho estatístico, foram verificadas tanto a relação entre reforma econômica (variável explicativa) e desemprego (variável resposta) como entre reforma econômica e pobreza (variável resposta). A partir dessa estatística, aponta-se que 85% da variação do desemprego pode ser explicada pela reforma econômica, e que 95% da variação da pobreza pode ser explicada pela mesma reforma.

Tabela 06: Evolução das reformas econômicas, desemprego e pobreza na América Latina (1990-1999)

| Índice-taxa | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|-------------------|------|--------|--------|------|--------|-------|--------|--------|--------|------|
| Reforma econômica | 0,72 | 0,74 | 0,76 | 0,77 | 0,78 | 0,79 | 0,81 | 0,82 | 0,82 | 0,82 |
| Desemprego | 5,8 | 7,5 | 8,1 | 8,2 | 8,3 | 10 | 9,9 | 9,3 | 10,3 | 11 |
| Pobreza | 200 | 200,96 | 202,58 | 204 | 205,97 | 207,3 | 208,54 | 209,23 | 210,34 | 211 |

*Pobreza foi observada a partir do valor absoluto de pobres na América Latina, em milhões.

Fonte: CEPAL (2000) E PNUD (2004) apud CAMPOS (2017)

O aumento do desemprego veio acompanhado pelo aumento de informalidade. Diante do risco de desemprego, trabalhadores se vêem submetidos a maiores jornadas, menores salários, diminuição da proteção trabalhista e portanto uma precarização das condições gerais de trabalho. Segundo dados da CEPAL (2000) apud Campos (2017), o setor informal aumentou sua participação de 51,2% em 1990 para 53,4% do total de empregos em 1999. Essas taxas, em 1980, eram de 40%. Desses índices de informalidade, 28,1% eram de trabalho independente, ou seja, voláteis, de baixa remuneração e sem proteções trabalhistas. Por fim, de cada 20 milhões de novos empregos gerados nessa década, 18 milhões eram informais.

Tabela 07: Estrutura do emprego urbano latino-americano (1990-1999)

| Ano | Setor Informal | | | | Setor Formal | | |
|------|----------------|--------------|-----------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | Total | Trab. Indep. | Doméstico | Microempresa | Total | Setor público | Setor privado |
| 1990 | 51.2 | 25.9 | 5.8 | 19.5 | 48,8 | 17.3 | 31.5 |
| 1995 | 52.9 | 27.4 | 7.9 | 17.6 | 47.1 | 15.4 | 31.7 |
| 1999 | 53.4 | 28.1 | 6.7 | 18.6 | 46.6 | 15.2 | 31.6 |

Fonte: CEPAL (2000) apud CAMPOS (2017)

Segundo Campos (2017), outro fator de precariedade é o salário mínimo, que se manteve durante a década de 1990 em níveis 30% mais baixos que os valores padrão estimados por CEPAL e OIT. Ademais, aumentou o número de trabalhadores com alta escolaridade (com mais de 10 anos de estudo) no setor informal, passando de 19,9% em 1990 para 25,6% em 1999.

Por fim, quando falamos do setor de emprego, falamos também em cobertura de previdência social. Como demonstra a tabela abaixo, o percentual de trabalhadores do setor formal que era coberto por previdência passou de 75,2% em 1990 para 67,2% em 1999. No setor informal também houve baixa, passando de 19,5% para 16,65 de trabalhadores cobertos por previdência. Campos (2017) aponta que esses são resultados da flexibilização trabalhista trazida pelos ajustes neoliberais, e também pelo fato de que cada vez menos trabalhadores informais podiam pagar por esse benefício.

Tabela 08: Mercado de trabalho por cobertura da previdência social na América Latina (1990-1999)

| Mercado de trabalho | % de trabalhadores - previdência social | | | | | |
|---------------------|---|------|------------|------|------|------------|
| | 1990 | | | 1999 | | |
| | sim | não | ñ declarou | sim | não | ñ declarou |
| Formal | 75.2 | 24.6 | 0.2 | 67.2 | 32.6 | 0.2 |
| Informal | 19.7 | 77.3 | 3.0 | 16.6 | 81.0 | 2.4 |

Fonte: CAMPOS (2014)

Em uma seleção de nove países latino americanos na tabela 8, dados revelam que, a partir da população ativa contribuinte com a seguridade social, trabalhadores na Argentina, Peru e Uruguai foram os que mais sofrem diminuição da cobertura considerando todos os pilares após as reformas.

Tabela 09: Cobertura de seguridade social antes e depois das reformas

| Países | Cobertura dos sistemas anteriores estimados pelas contribuições reais | Afiliação considerando todos os pilares após a reforma (2002) | Cobertura considerando todos os pilares após a reforma, estimados em contribuições reais (2002) |
|-------------|---|---|---|
| Chile | 64 | 111 | 58 |
| Argentina | 50 | 69 | 24 |
| Uruguai | 73 | 77 | 60 |
| Costa Rica | 53 | 65 | 48 |
| México | 37 | 72 | 30 |
| Colômbia | 32 | 59 | 24 |
| Bolívia | 12 | 23 | 11 |
| El Salvador | 26 | 40 | 19 |
| Peru | 31 | 28 | 11 |

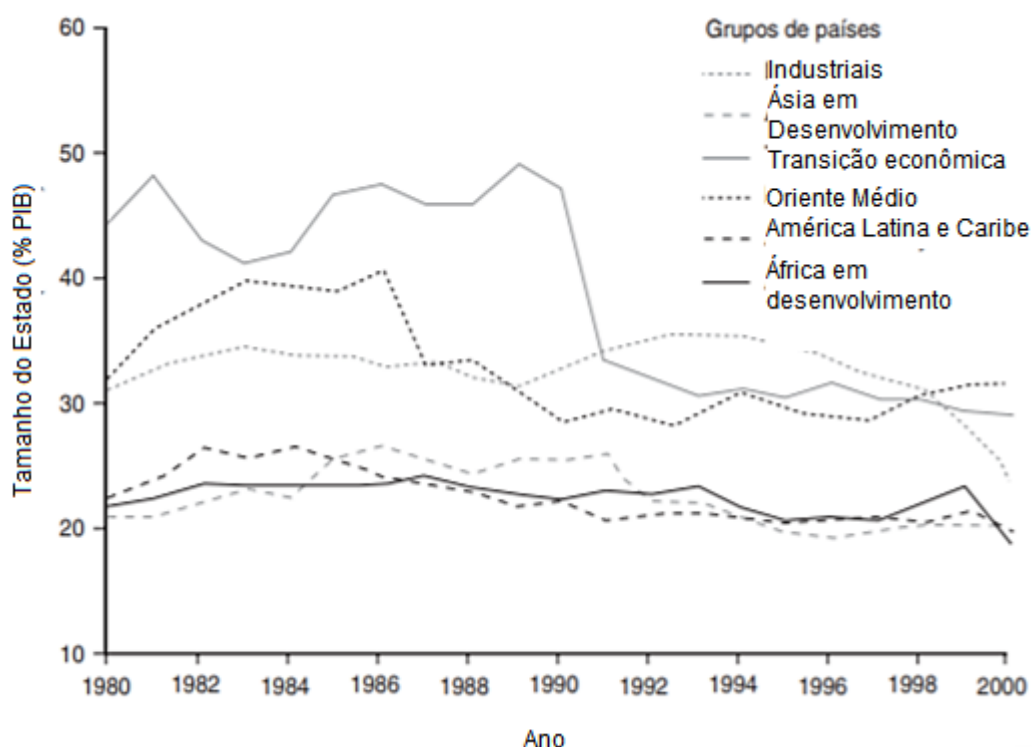
*estimada a partir do percentual da população ativa que contribui com a seguridade social

Fonte: Boschetti (2007)

4.2.3. ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA

As reformas são implementadas amplamente baseadas em um discurso de que a América Latina necessitava reduzir o tamanho do Estado, ou seja, diminuir os gastos públicos. No entanto, na figura 9, observamos que a América Latina consta entre as regiões com menor percentual de tamanho de Estado, girando entre 20% e 25% de gastos públicos do PIB entre 1980 e 2000. Mesmo assim, se nota que teve uma trajetória de diminuição do Estado a partir de 1990, como demonstrado abaixo.

Figura 09: Tamanho do Estado segundo o percentual do PIB dedicado ao gasto público (diversos países) (1980-2000)



Fonte: Franco-Giraldo, Palma e Álvarez-Dardet (2006)

Mesmo que a evolução da crise e das reformas tenha variado muito por país, ao longo da década de 1980 o gasto social exibiu uma diminuição generalizada em termos absolutos, bem como a participação do gasto social no gasto público. A deterioração da qualidade de serviços pelo corte de investimentos levou à piora de acesso da população a serviços sociais administrados pelo Estado (ALMEIDA, 2002).

O setor de educação na América Latina sofreu significativas transformações a partir da implementação de políticas neoliberais. Organismos como Banco Mundial, FMI e até CEPAL formularam documentos que pregavam a competitividades e os modelos de mercados em diversos setores, inclusive no de educação, em que a perspectiva de acesso à educação como direitos universal é substituída à uma perspectiva economicista. A partir disso, cortes educacionais são normalizados em nome da geração de superávit para pagar a dívida externa e deter a inflação, bem como se tornam centrais políticas de descentralização, diminuição de salários dos professores e focalização de gastos no ensino primário (CORSI, DOS SANTOS E

CAMARGO, 2017). O Banco Mundial firmou nos anos 1990 a teoria do capital humano, em que a educação é vista como um meio de aumento de produtividade, sugerindo que condições de desigualdade estrutural poderiam ser revertidas através da educação e responsabilizando os indivíduos por seu próprio êxito ou fracasso (DOMENECH, 2007).

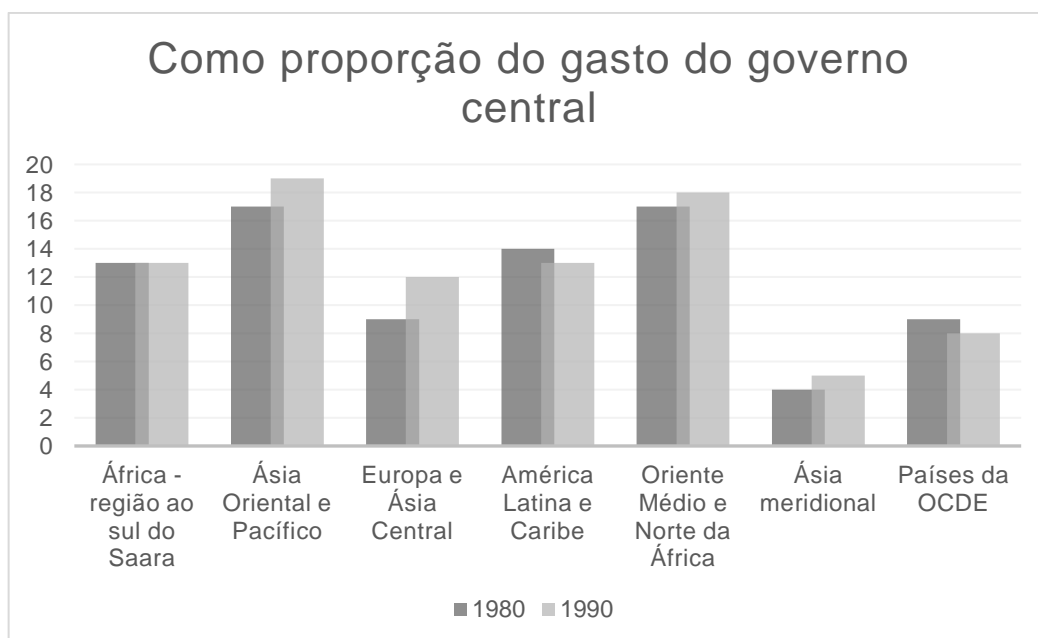
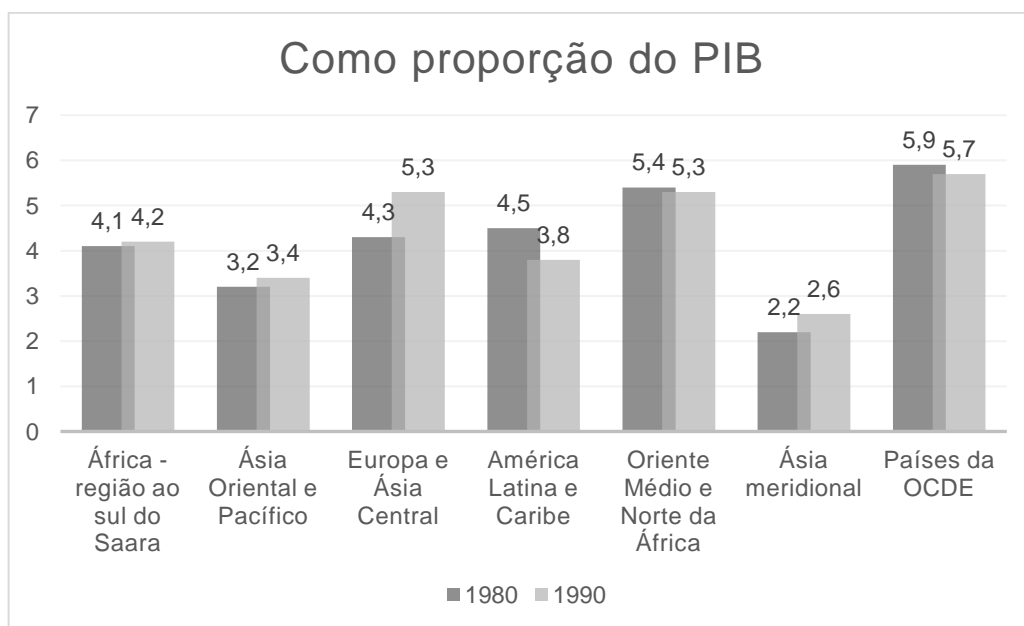
Dado o fato de que o neoliberalismo considera que países subdesenvolvidos são considerados sem vantagens comparativas complexas e recomenda que os mesmos deveriam focar-se na exportação de matérias-primas, a educação não se mostra como uma prioridade do modelo. Assim, a formação de pessoal altamente especializado não seria foco das novas políticas, considerando que recursos estatais deveriam ser aplicados para garantir o acesso à educação pública nos níveis primário e médio, reservando o acesso à educação superior aos que desejem e possam pagar por ela. Entretanto, alguns detalhes nos fazem perceber o interesse da corrente em tirar das mãos do estado o investimento em educação superior: na América Latina, mais de 90% do custo total de educação corresponde aos salários dos professores e o custo de um professor universitário é oito vezes maior que o de um professor no ensino fundamental e médio. Assim, em uma onda neoliberal de corte de gastos, se difunde a partir de 1980 o discurso de que a educação superior não deve ser algo custeado pelo Estado e de acesso universal, mas sim uma oportunidade excepcional aos que podem pagá-la. (CALCAGNO, 1997).

Entre 1980 e 1992, os gastos totais em educação de governos latino-americanos caíram enquanto aumentou exorbitantemente os montantes para pagamento da dívida externa. Calcagno (1997) aponta que no Brasil, por exemplo, esse último se elevou de 32% a 42% do gasto total, bem como em México de 27% a 65%. Assim, a alternativa neoliberal parece priorizar o pagamento de juros de dívida a investimentos em educação e saúde.

Quando analisamos a mudança dos gastos públicos por regiões globais, a América Latina está entre as únicas três regiões que tiveram diminuição do gasto público em educação como proporção do PNB entre 1980 e 1990. Também, foi a que teve mudança mais significativa, tendo diminuído cerca de 1 ponto percentual enquanto os outros diminuíram cerca de 0.2%, como demonstra a figura 10. Também quando analisamos a proporção de gastos do governo central, a América Latina

aparece como a região que mais diminuiu seus gastos, indo na contramão de regiões como Europa e Ásia que aumentaram seus gastos no setor. Assim, deu-se início a um processo de privatização da educação na América Latina.

Figura 10: Gasto público em educação como proporção do PIB e do gasto do governo central (1980-1990)

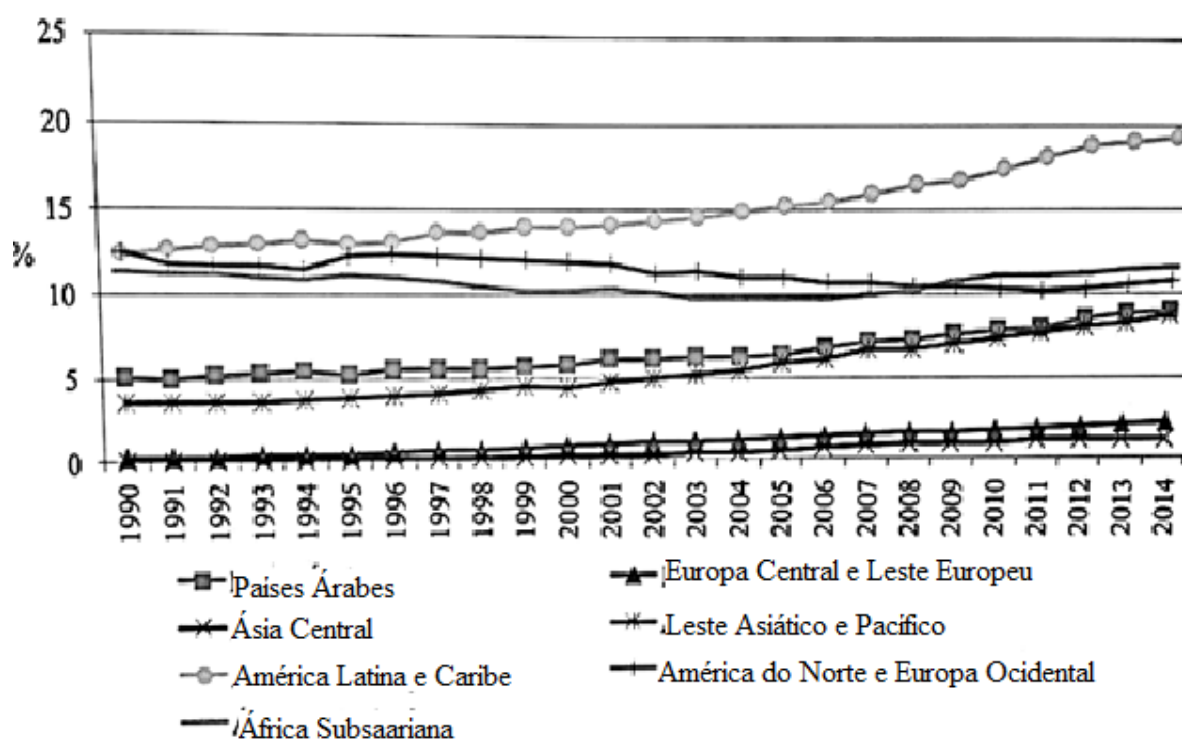


Fonte: Banco Mundial (1996)

4.2.3.1. EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

A privatização latino-americana da educação primária se evidencia de muitas formas com as reformas neoliberais. Primeiramente, se destaca o fato de que a região é de longe a mais privatizada no mundo no setor, tendo médias bem acima das outras seis regiões existentes analisadas neste estudo. Também, há o fato de que desde 1990 sua tendência de crescimento é constante, como demonstrado pela porcentagem de alunos matriculados em instituições privadas em nível primário na figura abaixo.

Figura 11: Porcentagem de alunos matriculados em instituições privadas de nível primário por regiões (1990-2014)



Fonte: El País (2017)

Um dos principais argumentos a favor da privatização é o de que tal fenômeno conduziria a uma expansão da cobertura e do acesso à educação. No entanto, diversos estudos apontam que diversas desigualdades são reforçadas pelo fenômenos da mercantilização da educação. De fato, a cobertura média do ensino

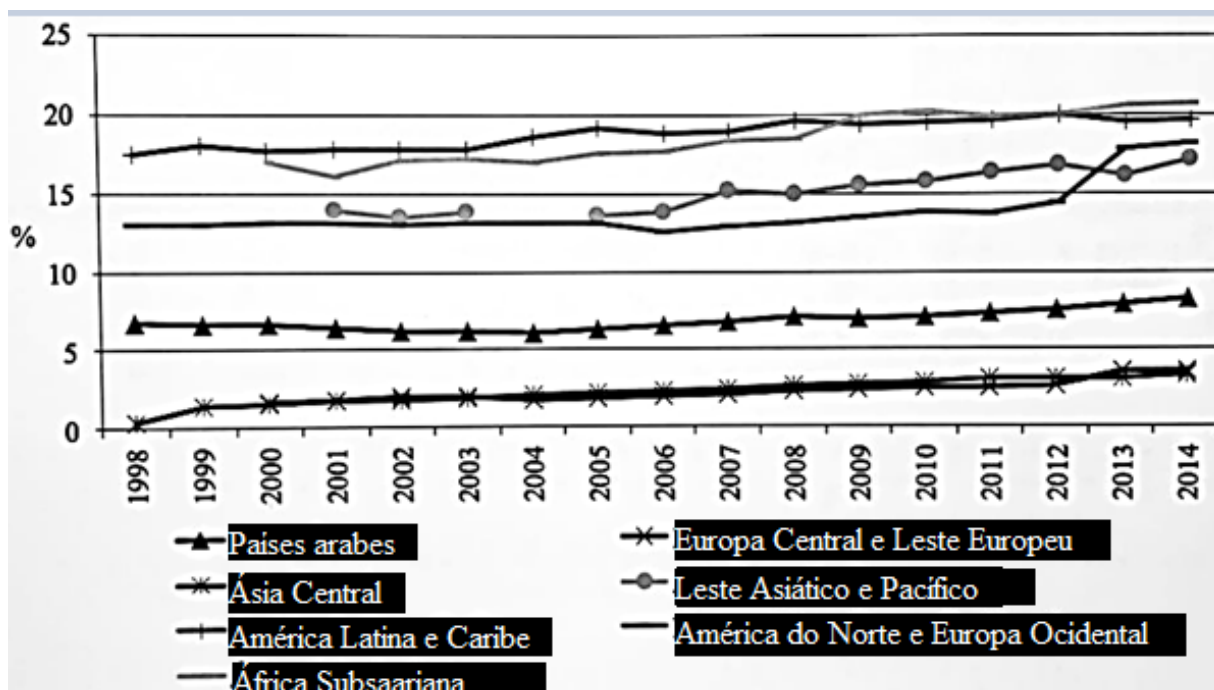
primário, que é o nível que ainda seria coberto majoritariamente pelo Estado, é de média muito próxima ao de países desenvolvidos (95% na América Latina e 96% em países centrais). Entretanto, em nossa região a taxa de sobrevivência e conclusão do ensino fundamental ainda preocupa muito: no Chile, primeiro a adotar as reformas de educação, a taxa de matrícula é uma das menores do continente, junto com Colômbia (90% e 85%, respectivamente) (TROJAN, 2009). Na Argentina, se analisarmos por quartil de renda, apenas 42% das crianças de 5 anos consideradas pobres recebem educação primárias e 81% das pessoas pobres não a acessam. No Chile, apenas 19% do quintil mais pobre, enquanto encontramos o número de 43% para o quintil mais rico. No distrito federal do México a porcentagem de cobertura chega a 82%, enquanto em áreas rurais do país como Chiapas só alcançam uma cobertura de cerca de 38%. No Brasil e na Guatemala as taxas de repetição alcançam 30% na primeira série, evidencia os problemas de qualidade da educação primária. (RIVERO, 2000).

Também no nível pré-escolar ainda o nível de cobertura está muito longe da universalidade. Na América Latina, somente $\frac{1}{3}$ das crianças de 5 anos e pouco mais de $\frac{1}{4}$ das crianças de 3 a 4 anos de idade, nível de cobertura que cresceu mais durante a primeira metade dos anos de 1980 do que na segunda, decrescendo ainda mais nos anos de 1990. No Uruguai, apenas 36% de crianças pobres têm acesso a esse nível de educação, e no Chile, apenas 19% das crianças do quintil mais pobre, contra 43% das crianças do quintil mais rico (RIVERO, 2000).

4.2.3.2. EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA

Bem como a educação primária, a educação secundária na América Latina tem altos índices de privatização, sendo desde 1998 a região com mais alunos matriculados em instituições privadas no mundo, girando entre 18% e 20% durante esse período. Nesse caso, todas as regiões apresentaram tendência crescente de expansão dessas matrículas, como mostra a figura a seguir.

Figura 12: Porcentagem de alunos matriculados em instituições privadas de nível secundário por regiões (1998-2014)



Fonte: El País (2017)

Na análise por país da região, se destaca a alta privatização do Peru entre 1999 e 2007, passando de 1% de matrículas em instituições privadas para 22,7%, a Bolívia de 2,2% a 13,5%. Também se destacam países com taxas já altas, como Equador com 24,3% e que passa a 32% e Chile com 45,9% a 54,5%. No entanto, a tendência não foi homogênea na região, até porque o período com dados inicia somente em 1998: a partir deste ano, países como Colômbia e Nicarágua apresentaram grandes quedas no índice, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10: Porcentagem de alunos matriculados em instituições privadas em nível secundárias (países selecionados) (1999-2014)

| País | % Privado 1999* | % Privado 2007** | % Privado 2014*** | % Variación | Nivel 1990**** | Nivel 2014 |
|----------------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------|----------------|------------|
| Perú | 1,0 | 22,7 | 30,1 | 88,1 | M | A |
| Chile | 45,9 | 54,5 | 60,4 | 31,5 | A | A |
| Ecuador | 24,3 | 32,0 | 29,8 | 22,9 | M | M |
| Jamaica | 2,4 | 4,5 | 2,8 | 16,8 | B | B |
| Brasil | 11,0 | 11,4 | 12,9 | 16,6 | B | B |
| Uruguay | 12,7 | 12,5 | 14,5 | 14,5 | B | B |
| Venezuela | 30,0 | 26,2 | 32,8 | 9,4 | M | A |
| Panamá | 16,3 | 15,8 | 16,5 | 0,8 | M | M |
| Argentina | 26,3 | 28,2 | 26,2 | -0,1 | M | M |
| Honduras | 27,4 | 26,3 | 26,0 | -5,0 | M | M |
| México | 15,1 | 15,2 | 13,1 | -13,5 | M | B |
| Guatemala | 73,5 | 74,0 | 62,3 | -15,2 | I | A |
| República Dominicana | 23,1 | 22,1 | 19,5 | -15,9 | M | M |
| Paraguay | 29,4 | 21,5 | 21,8 | -25,9 | M | M |
| Costa Rica | 12,4 | 10,0 | 9,1 | -26,2 | B | B |
| Nicaragua | 32,1 | 23,7 | 21,8 | -31,9 | A | M |
| El Salvador | 24,9 | 18,5 | 16,9 | -32,2 | M | M |
| Colombia | 32,4 | 24,1 | 20,3 | -37,3 | A | M |
| Bolivia | 2,2 | 13,5 | 12,9 | -55,7 | M | B |
| Haití | s/d | s/d | s/d | s/d | s/d | s/d |

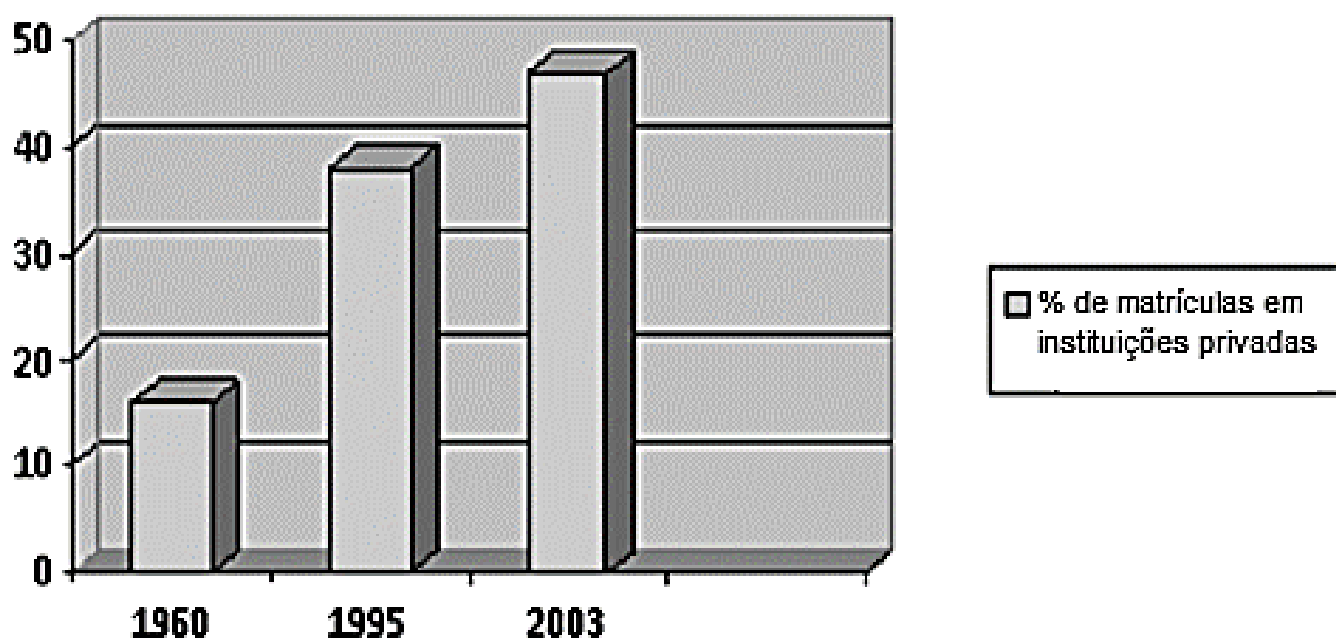
Fonte: Verger, Moschetti e Fontdevila (2017)

Durante as reformas neoliberais, uma das principais modificações pela qual passou a educação foi a introdução de sistemas de vouchers, em que recursos estatais subvencionam escolas particulares com caráter lucrativo e administração individual. Nesse modelo, os governos pagam as famílias para que matriculem seus filhos em escolas privadas de sua preferência. O Chile o implantou em 1981 e a Colômbia em 1992.

4.2.3.3. EDUCAÇÃO SUPERIOR

Enquanto as políticas neoliberais apoiavam em alguma medida a universalização dos ensinos fundamental e secundário, o mesmo já não acontecia com ensino superior, que visto como um “extra” a quais poucos teriam a necessidade de ter acesso, o que descartava a necessidade de seu financiamento e universalização. Dessa maneira, foi o mais atacado pelos fenômenos de privatização. Entre 1960 e 2003, a porcentagem de matrículas de instituições de ensino superior na América Latina passa de cerca de 18% a cerca de 47% (figura 13) Entre 1994 e 2007, a porcentagem da participação privada na cobertura relativa da educação superior salta de 38,% para 48,2%.

Figura 13: Matrícula em porcentagens de Instituições de Ensino Superior Privadas (IES) na América Latina



Fonte: Olivier (2012)

Tabela 11: Cobertura relativa da educação superior privada na América Latina (1994-2007)

| ANOS | % DE PARTICIPAÇÃO PRIVADA | INCREMENTO ANUAL |
|-------------|----------------------------------|-------------------------|
| 1994 | 38,5% | 100,0% |
| 1995 | 39,5% | 2,6% |
| 1996 | 40,4% | 2,3% |
| 1997 | 41,3% | 2,2% |
| 1998 | 42,5% | 2,9% |
| 1999 | 44,0% | 3,5% |
| 2000 | 44,9% | 2,0% |
| 2001 | 45,4% | 1,1% |
| 2002 | 46,1% | 1,5% |
| 2003 | 46,6% | 1,0% |
| 2004 | 47,0% | 0,8% |
| 2005 | 47,5% | 1,0% |
| 2006 | 47,8% | 0,6% |
| 2007 | 48,2% | 0,8% |

Fonte: Rama (2007) apud Olivier (2012)

Quando analisamos por países, fica mais clara a alta privatização de países com profundas transformações neoliberais. Chile, símbolo das reformas na educação, contava em 2004 com 75,1% de sua cobertura de educação privatizada, bem como Brasil, com 71,7%. Em seguida, Colômbia e Peru também mostram índices de 58,3% e 45,% de privatização do ensino superior. Em contraste, Cuba permaneceu com seu sistema de ensino superior 100% público, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 12: Matrícula do sistema de educação por regime em índices relativos na América Latina (2006)

| PAÍS | RÉGIME PÚBLICO | REGIME PRIVADO |
|-------------|----------------|----------------|
| Argentina | 77,2% | 22,8% |
| Bolivia | 64,8% | 35,2% |
| Brasil | 25,8% | 74,2% |
| Colombia | 34,9% | 65,1% |
| Chile | 0,0% | 100,0% |
| Ecuador | 56,7% | 43,3% |
| El Salvador | 36,6% | 63,4% |
| Guatemala | 53,4% | 46,6% |
| Honduras | 75,5% | 24,5% |
| México | 70,3% | 29,7% |
| Nicaragua | 33,6% | 66,4% |
| Paraguay | 41,2% | 58,8% |
| Total | 45,4% | 54,6% |

Fonte: SITEAL (2008) apud Olivier (2012)

O crescimento acelerado e sem regulação trouxe consequências à região: segundo Olivier (2012), o número de excluídos cresceu de 6.7 milhões a 8 milhões entre 1990 e 2000. Apesar do aumento de cobertura de educação de 13% em 1990 para 22% em 2000, o número de jovens fora do sistema também cresceu. Assim, a privatização do ensino na região se dá segundo Olivier (2012) por 5 maneiras: 1) redução do gasto público com educação superior, ciência e tecnologia, 2) aumento da oferta de iniciativa privada, 3) transferência do custo educativo a famílias ou usuários/consumidores do sistema, 4) cobranças de taxas e 5) subordinação das atividades acadêmicas às forças de mercado. O autor aponta que intensificação da oferta privada contribuiu para a massificação da educação superior por meio de uma importante perda de qualidade, já que foi liderado pelo fragmento voltado ao lucro da

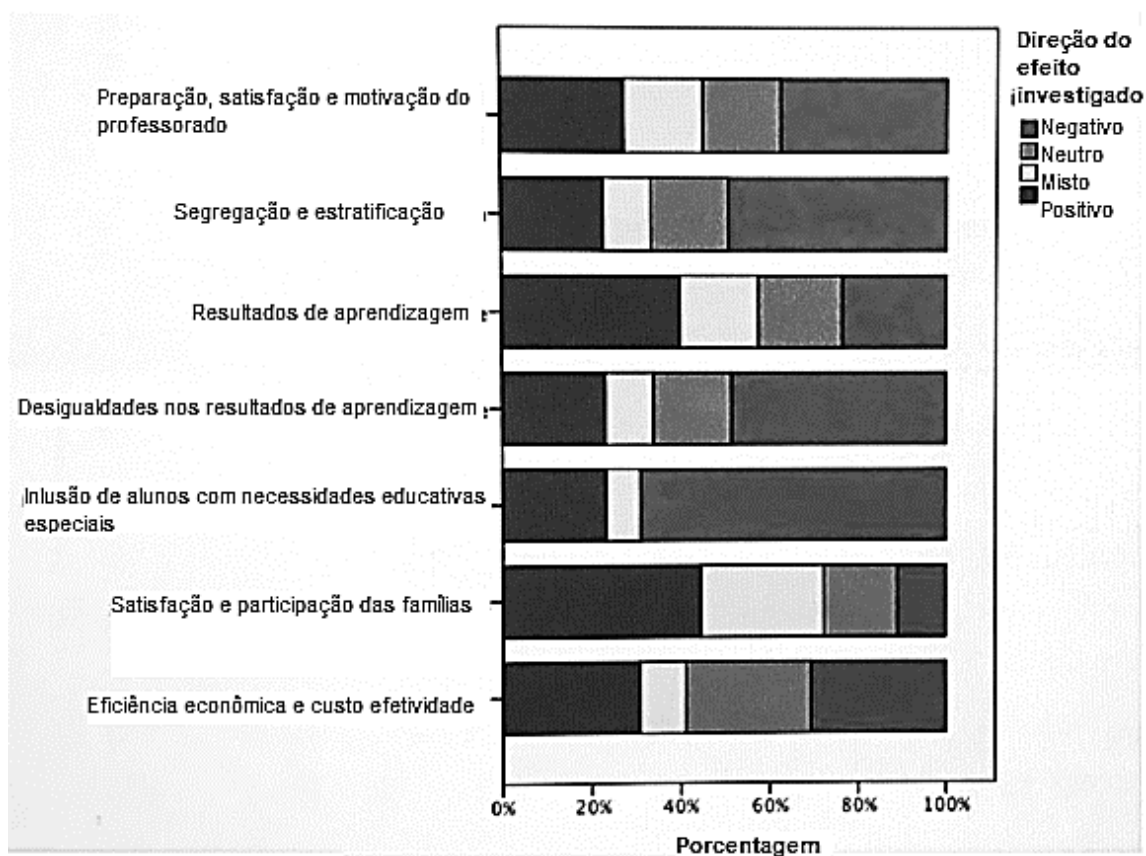
educação privada, em que diminui-se a participação de instituições de caráter filantrópico e comunitário.

Em sistemas como o Chile, o financiamento das universidades públicas não é estatal, contando com apenas 18% de recursos do Estado. Dessa forma, os outros 82% são custeados por modelos de vinculação ao mercado, além de taxas pagas pelos próprios estudantes. Assim, tanto as instituições privadas quanto públicas contam com taxas semelhantes e que são repassadas igualmente a alunos dos extratos mais ricos e mais pobres, o que implica em uma segregação entre os que conseguirão pagar pelas mesmas e os que decidirão não estudar. Na América Latina, 50% dos jovens em idade de frequentar ensinos universitários se encontram em limites de pobreza, sendo estes níveis mais concentrados em Honduras, Nicarágua e Guatemala. Já Costa Rica e Panamá tem uma porcentagem menor de jovens em situação de pobreza. (OLIVIER, 2012) Mesmo na Argentina, o país da região com o maior nível de cobertura de acesso gratuito, se verifica que se os maiores usuários da educação superior são os ricos, mesmo que com tendências redistributivas causadas pelo sistema gratuito. Na Venezuela, entre 1981 e 2000 houve um processo regressivo no qual os extratos mais ricos incrementam substancialmente sua participação nas matrículas de universidades financiadas pelo Estado. Na Costa Rica, apenas 13% do 40% mais pobre tem acesso à educação superior (RAMA, 2004)

É fato que o cenário educativo na América Latina se mostra bastante favorável quando comparado a décadas passadas. Diversos acordos internacionais pela educação foram alcançados e reformas curriculares importantes foram implementadas. Entretanto, esse desenvolvimento não se deu de forma sustentável para todos os estratos de população, além de implicar em uma perda de qualidade do ensino e na deterioração da profissão dos professores. Persistem as desigualdades e os efeitos são, em sua maioria, percebidos como negativos. Verger et al (2017), em um estudo que analisa 306 publicações de agências internacionais como Banco Mundial, Council for British Teachers (CfBT), UK's Department for International Education (DfID), etc, sobre resultados de políticas de privatização na educação em diversos países, demonstra que os impactos foram negativos em diversos critérios: em relação a preparação e satisfação do corpo de professores, cerca de 25% dos efeitos foram negativos; em aspectos de segregação e estratificação do ensino, o

índice chega a 50% de efeitos negativos; em geração de desigualdades em resultados de aprendizagem, também cerca de 50% dos efeitos foram negativos; em eficiência econômica, 25% dos resultados foram negativos; e em relação à políticas de inclusão, mais de 60% dos resultados foram negativos. Dentre os indicadores avaliados, os únicos com resultados positivos preponderantes foram em resultados de aprendizagem (quando não consideradas questões de desigualdades) e na satisfação das famílias, como mostra a figura abaixo:

Figura 14: Impactos da privatização da educação por dimensão investigada

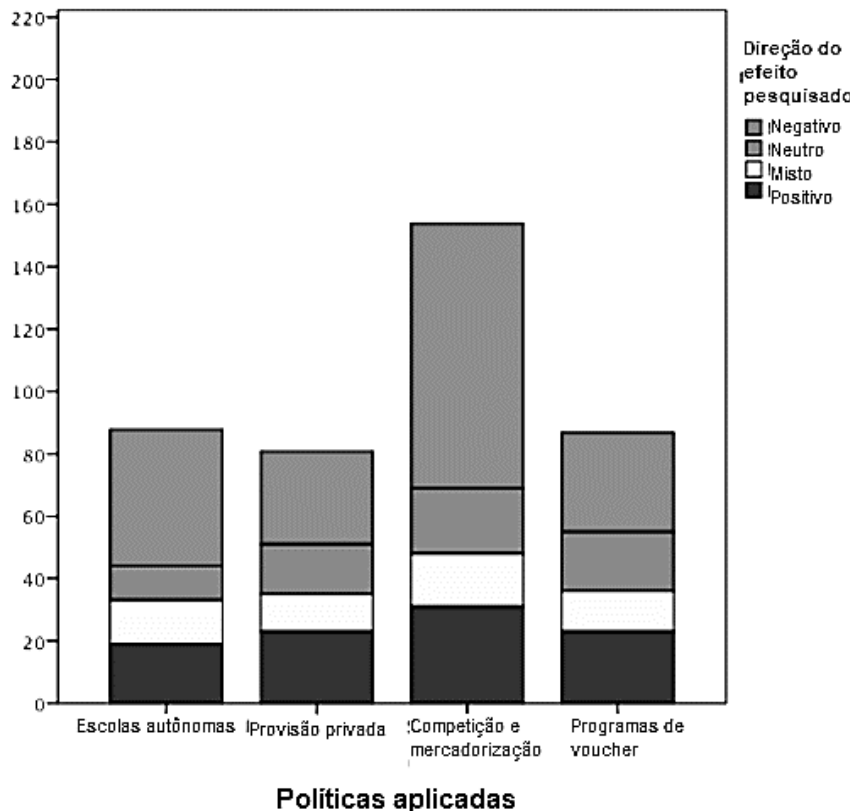


Fonte: Verger et al (2017)

Ademais, quando analisadas diferentes políticas neoliberais para a educação, os efeitos também foram majoritariamente negativos. No caso de escolas autônomas, cerca de 50 de 90 estudos analisados mostram efeitos negativos; em aspectos de provisão privada, cerca de 25 estudos de 80 mostram efeitos negativos; em escolha escolar, competição entre escolas e reformas de mercado, quase 85 de cerca de 160

estudos mostram efeitos negativos; e por fim, em programas de voucher, cerca de 25 estudos de um total aproximado de 80 mostram efeitos negativos, como evidenciado na figura abaixo.

Figura 15: Impactos da privatização da educação por tipo de política aplicada



Fonte: Verger et al. (2017)

4.2.4. ACESSO À SAÚDE PÚBLICA

Com uma grande inspiração no sistema de bem-estar social britânico, os países latino-americanos desenvolveram sistemas públicos de saúde pujantes, com destaque para o casos do Brasil (1979), Chile (1979) e Uruguai (1987) (PEREIRA, 2018). Com a saúde passando a ser reconhecida como um direito humano na América Latina e Caribe, muitos países na região modificaram suas constituições para garantir esse direito a seus cidadãos, o que em boa parte é ratificado em diversas convenções internacionais como uma obrigação do Estado. Essa tendência fez com que se

espalhassem iniciativas de políticas e programas voltados à garantir uma cobertura universal em saúde (CUS) (DMYTRACZENKO e; ALMEIDA, 2015).

A partir de 1970 foi ampliado o escopo de atuação do Banco Mundial, passando a dar destaque a áreas como saúde e educação em suas pautas. Primeiro, passou a abordar as necessidades humanas básicas e a incorporar a saúde primária e a educação básica como fundamentais ao aumento de produtividade. No fim de 1979, o Banco cria uma linha de empréstimos exclusiva ao setor de saúde, abrindo uma porta para o aumento da presença do setor em seus projetos. Suas reformas para esse setor estavam alinhadas à implementação de modelos empresariais na gestão pública, focalização de políticas sociais nos mais pobres, saúde pública como pacote de “mínimos sociais”, novos domínios de saúde difundidos em forma de mercadoria e estímulo à competição de atores nacionais e estrangeiros; privatização por dentro do Estado mediante parcerias público-privadas (PEREIRA, 2018).

Dessa maneira, são iniciadas as reformas em saúde conduzidas pelos organismos internacionais mais ativos e influentes nesse período - Banco Mundial, FMI e BID - e em parceria com os ministérios da Fazenda dos países, que apoiavam a visão econômica de redução de custos. nesse ponto, agiam ao contrário das posturas geralmente tomadas por organismos especializados como OMS, OPS E OIT, que geralmente trabalham em conjunto com os ministérios de Saúde ao invés dos Ministérios da Fazenda e colocam mais ênfase em universalização da cobertura e equidade que em melhorias de gestão e finanças. Portanto, o objetivo principal de oferecer proteção social e universalidade em saúde a seus cidadãos foi minado em nome da redução de custos.

Levcovitz e Couto (2018) sistematizaram os diversos impactos das reformas no sistemas de saúde entre os anos 1980 e 1990. Dentre eles, se destaca a forte redução do gasto público social, que afeta na quantidade e qualidade dos serviços prestados; o “gasto duplo”, em que cidadãos que já têm boa parte de sua renda presa a impostos que deveriam financiar o sistema de saúde e se vêem forçados a contratar serviços particulares nessa área; a impossibilidade de políticas sociais em escala e a longo prazo, devido à fragmentação dos agentes prestadores de serviço e à mentalidade gerencial voltada ao lucro dos novos atores; e, principalmente, a oferta e

acesso de serviços distintos a diferentes estratos da população a um direito que, por Constituições, deveria ser universal. A tabela abaixo resume tais impactos:

Tabela 13: Impactos das reformas dos sistemas de saúde (1980-1990)

| Conteúdo das reformas | Problemas |
|--|--|
| Redução do tamanho e das funções do Estado | Limitações da capacidade reitora da Autoridade Sanitária |
| Disciplina (“espaço”) fiscal, com rígidos mecanismos de controle de gastos | - Drástica redução do gasto público social; - Degradação da infraestrutura estatal e dos salários do setor público |
| Novas fontes de financiamento | Tarifas, “cotas de recuperação de custos” e outros mecanismos de cobrança aos usuários e/ou de pagamento no ponto de atenção aumentaram o gasto <i>out-of-pocket</i> familiar |
| Criação de fundos específicos para usuários com capacidade contributiva, totalmente separados daqueles para os que não têm capacidade de pagamento | Perda de solidariedade do sistema, acentuando a segregação de grupos da população e as desigualdades no acesso e na utilização dos serviços |
| Desregulação/informalização do mercado de trabalho | Redução da sustentabilidade financeira dos seguros sociais |
| “Pacotes básicos” para populações pobres e excluídas, submetidas à focalização por prova de meios | Oferta com planos de prestações diferentes em qualidade e quantidade de serviços para distintos estratos da população |
| “Pluralismo”, atribuindo ao setor privado maior relevância no asseguramento e na provisão de serviços | - Multiplicação de agentes de asseguramento e provisão em competição, acentuando a segmentação e a fragmentação dos sistemas; - Seleção de afiliados/segurados com capacidade de pagamento e exclusão das populações pobres |
| Descentralização de responsabilidades para níveis subnacionais de governo | - Debilidade da função reitora e da governança do sistema; - Perda de economias de escala nas compras e nos contratos públicos |
| Introdução de quase-mercados e critérios de eficiência na organização da prestação de serviços | - Competição entre prestadores aprofunda a fragmentação da oferta; - Ações de saúde pública deterioradas e priorização dos cuidados individuais e do modelo hospitalocêntrico |
| Introdução de métodos/instrumentos gerenciais empresariais na gestão pública | Descrédito da função de planejamento, substituída por gerencialismo microeconômico |

* Adaptado e expandido a partir de Levkovitz; Acuña; Ruales, 2007.

Fonte: Levkovitz e Couto (2018)

Como nas outras reformas, cada país teve a implementação da agenda comum de forma particular. Almeida (2002) descreve alguns exemplos: o Chile se caracteriza por ser o primeiro e mais radical, adotando a privatização como cerne e combinando-a com seguros particulares. Já a Colômbia teria tido um modelo mais inovador, apostando na competição regulamentada de um seguro universal e de provisão de serviços. A Argentina, antes com um sistema universal, tenta reformá-lo para um modelo misto segmentado e submetido a interesses corporativos. Já o Brasil, por ser um dos últimos e em período de transição democrática, vai nesse período em direção oposta às tendências e aposta em um sistema único universal de saúde, o que será revertido no país apenas após anos. Por fim, a Costa Rica mantém sua estrutura pública para a saúde e se foca em aumentar eficiência e em introduzir mecanismos competitivos dentro desse sistema, sendo segundo a autora a reforma que vem gerando melhores resultados.

Em relação aos gastos nacionais em saúde, a região latino-americana se vê muito aquém quando comparada às tendências da União Europeia: entre 1990 e 1990, a América Latina só aumentou 0,3% em seus gastos nacionais de saúde em relação ao PIB, enquanto a União Europeia incrementou 1,5%. Segundo Almeida (2002), nos anos de 1960 e 1970 o gasto em saúde de forma geral aumentou na região, mesmo que de forma heterogênea. Nos anos de 1980 a média regional diminuiu, e em 1985 a queda desse índice foi da ordem de 70% em alguns países. Depois de 1985, há uma leve recuperação seguida de queda a partir de 1995.

Tabela 14: Indicadores de Gasto Nacional em Saúde - OECD e América Latina (1990-1999)

| Indicadores | União Europeia | | | América Latina e Caribe | | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|
| | 1990 ¹ | 1997 ² | 1999 ³ | 1990 ³ | 1995 ^{3,4} | 1999 ³ |
| Gasto nacional em saúde (% PIB) | 7,8 | 8,5 | 9,3 | 7,0 | 7,5 | 7,3 |
| Público | 4,9 | 6,6 | - | 3,0 | 3,3 ⁵ | 3,4 |
| Privado | 2,9 | 1,9 | - | 4,0 | 4,3 | 3,9 |
| Gasto nacional público em saúde (%) | | | | | | |
| Total | 64,6 | 76,2 | 74,0 | 43,4 | 41,5 | 43,0 |
| Governo central | - | - | - | 12,2 | 15,8 | 23,0 |
| Governos locais ⁵ | - | - | - | 7,4 | 8,5 | 8,0 |
| Seguro social | - | - | - | 23,9 | 17,2 | 14,0 |
| Gasto nacional privado em saúde (%) | | | | | | |
| Total | 35,4 | 23,8 | 26,0 | 56,6 | 58,5 | 57,0 |
| Gasto indireto (seguros/pré-pagos) | - | - | - | - | 19,5 | 18,0 |
| Gasto direto das famílias | - | - | - | - | 39,0 | 39,0 |
| Gasto nacional em saúde per capita (US\$) | | | | | | |
| Total | 1.620 | 1.771 | 2.063 | 133 | 240 | 498 |
| Público | 1.010 | | | 58 | 102 | 214 |
| Privado | 610 | | | 75 | 138 | 284 |
| % da população mundial | | 14,67 | 14,0 | 6,8 | 8,5 | 8,5 |
| PIB per capita - PPA US\$ | | 27.910 | 28.130 | - | - | 6.880 |
| | | | | (2.982) | (3.640) | (3.640) |

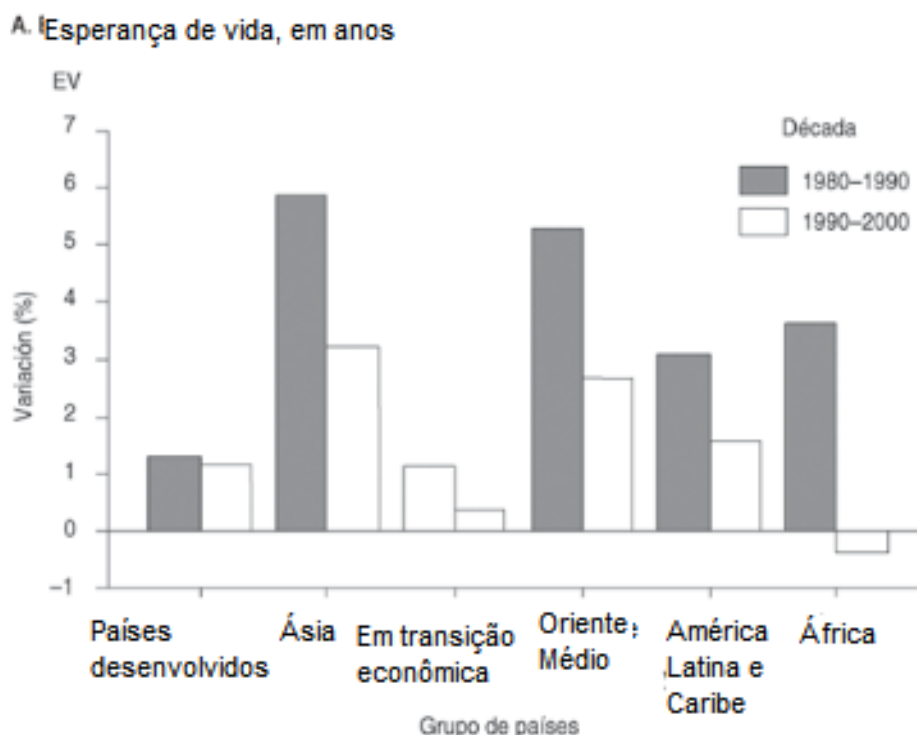
Fonte: Almeida (2002)

Já em relação aos gastos públicos, observamos a mesma tendência: enquanto a UE apresenta um aumento de 64,6% a 74%, a América Latina apresenta uma diminuição de 43,4% a 43% no mesmo período. Por fim, apesar de um avanço significativo no aumento de gasto nacional em saúde per capita, em 1999 a América Latina computava para esse índice apenas US\$498, contra US\$2063 da UE no mesmo ano. Enquanto a UE diminui radicalmente sua parcela de gastos privados em saúde, a América Latina os mantém na mesma média: em 1999, o gasto privado em saúde correspondia a 57% do gasto total da região, alcançando 58,5% no meio da década. As disparidades regionais na composição público-privado também são relevantes: enquanto Cuba, Guiana e Costa Rica tem baixa participação privada em saúde (com máximo de 24,5%), Guatemala e República Dominicana contam com uma participação de mais de 70% cada uma (ALMEIDA, 2002). Segundo a autora

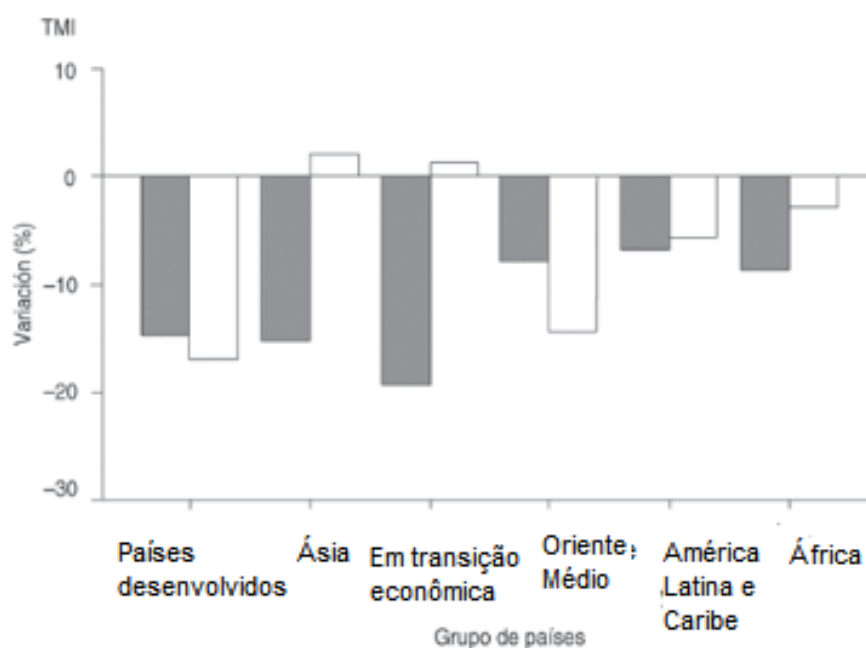
No que diz respeito ao setor da saúde, em termos gerais, a situação não é animadora: pode-se dizer que, na última década do século XX, apesar das enormes desigualdades regionais, o financiamento público foi pouco alterado, ao mesmo tempo em que os gastos privados permaneceram altos, com uma redução no componente direto dos gastos familiares em favor de seguros privados e esquemas pré-pagos, de empresas e outras organizações da sociedade, além da diminuição da cobertura da população (com exceção de países como Brasil e Colômbia), o acesso e o uso de serviços de saúde pioraram e a capacidade instalada do setor, principalmente pública, deteriorou-se consideravelmente, também com poucas e honrosas exceções (ALMEIDA, 2002, p.17, tradução nossa)

Apesar de uma melhora geral nas condições de saúde a partir de 1980, constata-se que tais variações foram muito inferiores às de décadas passadas. Em relação à esperança de vida, durante 1980 e 1990, a esperança de vida sofreu uma variação aproximada de 3,2%, enquanto entre 1990 e 2000 a variação foi de cerca de 1,8%. O mesmo ocorre com a taxa de mortalidade infantil: entre 1980 e 1990, a taxa melhora cerca de 6%, enquanto entre 1990 e 2000 a variação gira em torno de 4,5% (FRANCO-GIRALDO, PALMA e ÁLVAREZ-DARDET, 2006).

Figura 16: Variação percentual quinquenal média de indicadores de saúde por regiões (1980-2000)



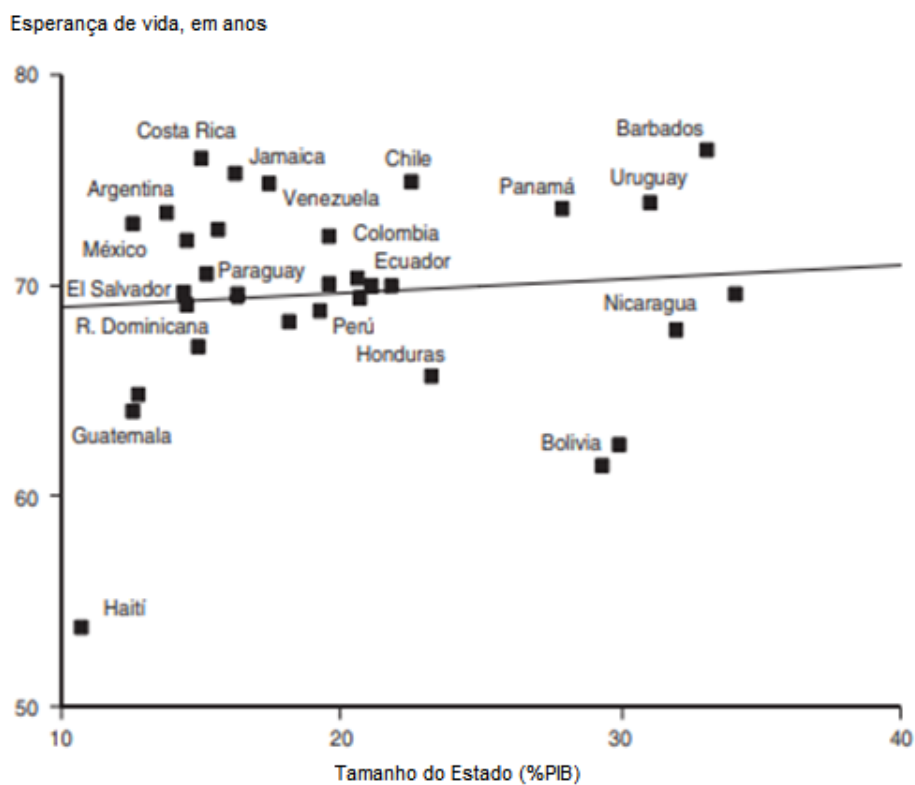
B. Taxa de mortalidade infantil por 1000 nascidos vivos



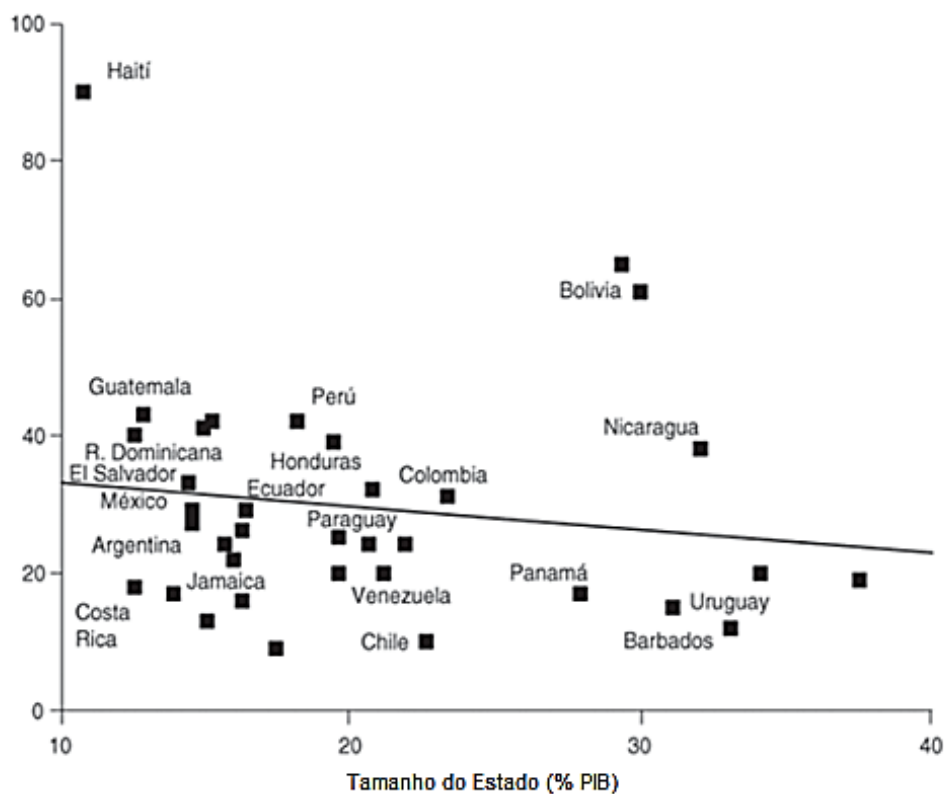
Fonte: OMS e PNUD (2003) apud Franco-Giraldo, Palma e Álvarez-Dardet (2006)

Dentre os argumentos contra privatização e a favor do papel do Estado no fornecimento de acesso à saúde, podemos citar os estudos realizados por Franco-Giraldo, Palma e Álvarez-Dardet (2006), que correlacionam o tamanho do Estado em países latino-americanos com indicadores em saúde. Segundo os autores, a esperança de vida aumenta à medida que aumento o tamanho do Estado, bem como a mortalidade infantil diminuiu em países com Estado mais presente, como mostra a figura abaixo.

Figura 17: Diagrama de dispersão - indicadores de saúde e tamanho do Estado (2000)



Taxa de mortalidade infantil (1000 nascidos vivos)



Fonte: Franco-Giraldo, Palma e Álvarez-Dardet (2006)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos indicadores selecionados e em relação às reformas econômicas por países, é reforçada a hipótese principal do trabalho de que houve custos sociais para os ajustes estruturais articulados pelo Consenso de Washington. Ao analisarmos tais impactos, é importante ressaltar que apesar de um movimento comum de reformas, as mesmas aconteceram em períodos e de maneiras muito singulares em cada país.

Dentre os tipos de reformas, destacam-se a reforma financeira como a mais implementada e a reforma fiscal como a menos abordada dentro dos ajustes. É fato que as reformas foram exitosas em relação à inflação, que já era visto como um problema quase sem solução na região. A inflação baixou de 1680% em 1990 para 25% em 1995, o que indica o sucesso das reformas nesse quesito. Porém, outros indicadores econômicos não seguiram o mesmo caminho de êxito, como déficit do balanço em transações correntes e investimentos diretos de longo prazo, em que o primeiro passou de 9 bilhões (US\$) em 1989 para 47,7 bilhões (US\$) em 1994, e o segundo não ultrapassou o índice de 2,5% até 1998, continuando irrelevante e não cumprindo sua promessa de aumento. Além disso, a relação de remessa de lucros/exportações de bens e serviços aumenta de 4,1% em 1991 para 5,8% em 1999, mostrando que o capital gerado na América Latina passa a ser cada vez mais transferido para fora, ou seja, não é gerada riqueza nacional.

Para além dos indicadores econômicos, os resultados comprovam que diversos custos sociais foram gerados a partir de medidas implementadas como controle da expansão da moeda, câmbio valorizado e corte de gastos nos orçamentos fiscais. Dentre as principais mudanças, a visão de que investimentos sociais são na verdade gastos que necessitam ser cortados foi a que mais afetou a população latino-americana. Políticas públicas e sociais voltadas aos cidadãos mais pobres e que garantiam direitos básicos foram cortadas a níveis exorbitantes.

Quando falamos de pobreza, entre 1980 e 2002 há uma crescente nos números totais na região, passando de 136 milhões de pobres para 225 milhões de pobres nesse período, quase o dobro. O mesmo se verifica no número de pessoas indigentes, que passa de 62 milhões em 1980 a 99 milhões em 2002. Em

desigualdade de renda, a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres na região subiu de 13% a 23% entre 1980 e 1995, padrão que se repete no índice de Gini, que sobe de 50 a 56 no período. Quando observamos a renda do 1% mais rico em relação a do 1% mais pobre, a razão que já tinha o número exorbitante de 363 vezes maior em 1970 passa a ser 417 vezes maior em 1995, evidenciando o processo de concentração de renda que acontece no período.

Em relação a variáveis do trabalho, o desemprego é uma das variáveis que mais gera custos sociais nesse período, complementado pela informalização e precarização na região pelo neoliberalismo. Entre 1980 e 2000, o desemprego sobe de 6,6% a 8,4% na região, atingindo dois dígitos em países como Colômbia, Uruguai e Venezuela. Esse índice é piorado quando o olhamos por quintis de renda: para os 20% mais pobres, a taxa de desemprego saltou de 1,1% em 1990 para 24,6% em 1999. Aos que estavam empregados também houve custos sociais, evidenciados na diminuição dos salários reais que caem cerca de 60% entre 1980 e 1996. Diante do risco de desemprego aumenta a informalidade, que acarreta na perda da direitos do trabalho e garantias sociais. De cada 20 milhões de novos empregos gerados nessa década, 18 milhões eram informais. Na questão de seguridade social, a previdência teve sua cobertura diminuída na América Latina, passando de uma cobertura de 75,2% em 1990 para 67,2% em 1999.

No que tange o acesso a direitos básicos, a piora no acesso à educação pública também se destaca: quando analisamos a mudança dos gastos públicos por regiões globais, a América Latina está entre as únicas três regiões que tiveram diminuição do gasto público em educação como proporção do PNB entre 1980 e 1990. Também, a intensa privatização do setor durante o período apresenta um retrocesso substancial na região, passando de cerca de 12% da educação privatizada em 1990 para quase 20% em 2014. que limita o acesso à educação apenas aos que tem poder aquisitivo para tê-la. A América Latina e o Caribe constituem-se em uma das regiões mais privatizada do mundo em educação, alcançando quase 20% do seu ensino privatizado, enquanto regiões desenvolvidas como Europa tem apenas cerca de 2 e 3% de seu ensino privatizado.

Ainda acerca de educação, é preciso ressaltar que nossos índices de cobertura no ensino fundamental são muito próximos dos de países de desenvolvidos

(95% na América Latina e 96% em países centrais), porém com sinais de retrocesso: durante a primeira metade dos anos 1980, o nível de cobertura do ensino pré-escolar cresceu mais que durante toda a década dos anos 1990, além de apresentar taxas de sobrevivência e conclusão baixíssimas. No ensino superior, no entanto, o posicionamento neoliberal é o de que o acesso ao mesmo é um “extra” ao qual poucos da população deveriam ter acesso, sendo portanto fortemente atacado por privatizações no período: Entre 1960 e 2003, a taxa de matrículas em ensino superior privado sobe de 18% a cerca de 47%. Em indicadores qualitativos, como inclusão na educação, eficiência econômica e geração de desigualdades por meio do sistema, a privatização do ensino também impactou negativamente

Por fim, no que tange o acesso à saúde pública, também há custos sociais. Entre 1990 e 1990, a América Latina só aumentou 0,3% em seus gastos nacionais de saúde em relação ao PIB, enquanto a União Europeia incrementou 1,5, apresentando a mesma tendência para gastos públicos em saúde, em que enquanto a UE apresenta um aumento de 64,6% a 74%, a América Latina apresenta uma diminuição de 43,4% a 43% no mesmo período mesmo período. Mesmo com melhoras gerais em condições de saúde como esperança de vida, mortalidade infantil, entre outros, suas variações foram muito mais baixas que em décadas anteriores.

Com isso, ao longo do trabalho busca demonstrar-se que a pobreza e as desigualdades têm também relação com indicadores de desenvolvimento humano, como acesso a direitos básicos, como saúde e educação, além de indicadores de renda, emprego e seguridade social. Em todos os eixos apresentados, os impactos foram majoritariamente negativos, comprovando a diminuição do desenvolvimento humano, explicitado na diminuição do acesso a serviços gratuitos e de qualidade, na concentração de serviços em quintis mais ricos, na precarização de trabalho, na diminuição de renda e no absurdo aumento da concentração de renda e outras desigualdades. Contudo, é importante frisar que tais problemas, apesar de serem consideravelmente afetados pelo Consenso de Washington, não são exclusivos a ele, sendo herdados de diversos processos históricos pelos quais passou a região latino-americana.

Como limites da pesquisa, se ressalta a falta de dados agregados para os países da América Latina, sendo esse um dos principais motivos para se adicionar a

região do Caribe nos estudos, o que possibilitou o uso de dados da CEPAL para a maioria dos indicadores. Também foi um fator limitante a falta de dados para o recorte de serviços básicos públicos, em que muito foi encontrado sobre dados de educação e saúde na região mas pouco foi encontrado especificamente sobre o recorte público e gratuito desses serviços. Ademais, o limitante de indicadores disponíveis para o período pesquisado foi substancial, já que a maioria dos indicadores socioeconômicos só começa a ser pesquisado sistematicamente por organizações internacionais a partir de 1995.

Como recomendações para futuros trabalhos, sugere-se explorar uma forma de ranquear melhor o grau de intensidade de reformas por países, já que há poucos estudos sobre isso. Também, pesquisas comparativas entre Estados que implementaram exaustivamente as reformas e Estados que foram relutantes a elas podem ser muito interessantes. Por fim, um estudo que relacionasse outros tipos de desigualdades ao neoliberalismo mais profundamente, como as desigualdades de gênero, racial, regional, seria extremamente enriquecedor à literatura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Celia. Reforma de sistemas de servicios de salud y equidad en América Latina y el Caribe: algunas lecciones de los años 80 y 90. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. 905-925, 2002.

ALMEIDA, Cleusimar Cardoso Alves et al. Globalização e desigualdade social nos aspectos econômicos políticos, sociais e culturais. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política.**, v. 26, n. 2 (48), 2015.

AMARAL, Marisa Silva. Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência. **V Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2007.

Casanova, Pablo Gonzáles. "L'Exploitation Globale". *Alternatives Sud*, vol. VI, no 1, 1999, pp. 165-187

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.

ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. Centro e periferia cinquenta anos depois. **Plural-Revista de Ciências Sociais**, v. 10, p. 181-195, 2003

ARIAS, Fernando Reimers. Número 23¿ Equidad en la Educación?/Eqüidade na Educação?.2000.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **América Latina tras una década de reformas: progreso económico y social: informe 1997**. BID, 1997.

BANCO MUNDIAL. World Development Report. Development and the next generation. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/715681468329483128/pdf/14948010spanish.pdf>>.2007. Acesso em: fev/2020

_____. 2019. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/topic/poverty>>. Acesso em: fev/2020

_____. **Toward universal health coverage and equity in Latin America and the Caribbean: evidence from selected countries**. DMYTRACZENKO, Tania; ALMEIDA, Gisele (Ed.) The World Bank, 2015.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. **A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**, 1994

BÉJAR, Ramón Casilda. América Latina y el Consenso de Washington. Boletín económico de ICE, Información Comercial Española, n. 2803, p. 19-38, 2004.

BERCOVICI, Gilberto. Desigualdades regionais, Estado e Constituição. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BORELL, ELIZABETH. Neoliberalismo e ONGs na América Latina. **Revista Aurora**, v. 1, n. 2, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal. **Observatório da cidadania**, p. 91-98, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A restrição democrática na reforma da gestão pública. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>>. 2002. Acesso em fev/20

_____. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?. *Pesquisa e planejamento econômico*, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

BUENO, Josenilda Aparecida Ribas; DA COSTA, Lucia Cortes. PENSANDO O DESENVOLVIMENTO: O ESTADO E A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL= THINKING DEVELOPMENT: STATE AND THE EDUCATIONAL PUBLIC POLICY IN THE CONTEXT OF WELFARE STATE. **CAMINE: Caminhos da Educação= Camine: Ways of Education**, v. 8, n. 2, p. 135-153, 2017.

CALCAGNO, A. E. (1997). El financiamiento de la educación en América Latina. *Revista Iberoamericana De Educación*, 14, 11-44.

CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 47, 2017.

CAMPOS, Rosana Soares; CAMPOS, Christiane SS. Neoliberalismo e dependência na América Latina. **espacio abierto**, v. 23, n. 1, p. 45-70, 2014.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. Introdução à Globalização. Repositório Universidade de Évora, Editora Instituto Bento de Jesus Caraça, abr. 2007. Disponível em:.

CANO, W. América Latina: industrialização, crise e neoliberalismo. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e da V Conferência Internacional de História de Empresas**. 2001.

CARNEIRO, Ricardo. **Estado, mercado e o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. “L’Exploitation Globale”. *Alternatives Sud*, vol. VI, nº1, 1999.

CEPAL. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/extrema-pobreza-aumenta-na-america-latina-e-atinge-nivel-mais-alto-desde-2008-diz-cepal/>> 2018a.

_____. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/america-latina-e-caribe-e-regiao-mais-desigual-do-mundo-revela-comissao-da-onu/>> 2018b.

_____. Panorama Social de América Latina 2010. **Santiago de Chile**, 2010.

_____. Panorama Social de América Latina, 2018 LC/PUB.2019/3-P, Santiago, 2019

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Ibri, 2001.

COLOMBO, Dario; GARGIULO, Enrico. Participation and Privatisation in Neoliberal Policies: The Case of Italian 'Piani di Zona'. **Partecipazione e conflitto**, v. 9, n. 2, p. 414-440, 2016..

CONTI, Bruno Martarello De; PRATES, Daniela Magalhães; PLIHON, Dominique. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. **Economia e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 341-372, 2014.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. Unesp, 2004.

CRUZ, Valeria de Souza. O CONSENSO DE WASHINGTON E SUAS REFORMAS PARA A AMÉRICA LATINA. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Valeria_de_Souza_Cruz.pdf>. 2004. Acesso em fev/20.

DA SILVA, Maria Ozanira et al. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2015.

DATHEIN, Ricardo. De Bretton Woods à Globalização Financeira: Evolução. **Crise e Perspectivas do Sistema Monetário Internacional**, 2003. https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05_2003_dathein.pdf

MARTINS, Carlos Eduardo. Apontamentos sobre a dívida externa na América Latina. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, n. 1, p. 01-07, 2018.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **A redução da desigualdade e seus desafios**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

DÍAZ, Laura Mota. Instituições do estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**, p. 125-150, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/clacso-crop/20120708011145/06mota2.pdf>> Acesso em fev/20.

DOMENECH, Eduardo. El Banco Mundial en el país de la desigualdad: Políticas y discursos neoliberales sobre diversidad cultural y educación en América Latina. **En Cultura y neoliberalismo. Buenos Aires (Argentina): CLACSO., 2007.**

DRAIBE, Sonia M. **As políticas sociais e o neoliberalismo-reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas.** revista USP, n. 17, p. 86-101, 1993.

ESTADO DE MINAS. **Desigualdade é a face da globalização, diz secretário-geral da ONU.** Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/05/08/interna_internacional,957121/desigualdade-e-a-face-da-globalizacao-diz-secretario-geral-da-onu.shtml>. Acesso fev/20.

EL PAÍS. **Menos igualdad. La privatización de la educación en América Latina** https://elpais.com/elpais/2017/05/31/contrapuntos/1496241832_077401.html 2017

ESTAY, Jaime. **La economía mundial y América Latina ante la continuidad de la crisis global.** CLACSO, 2016.

ESTENSSORO, Luis Enrique Rambalducci. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina.** 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FRANCO-GIRALDO, Álvaro; PALMA, Marco; ÁLVAREZ-DARDET, Carlos. Efecto del ajuste estructural sobre la situación de salud en América Latina y el Caribe, 1980-2000. **Revista panamericana de salud pública**, v. 19, p. 291-299, 2006.

GILPIN, Robert. The evolution of political economy. **Andrews, David M.; Henning, C. Randall;** Pauly, Louis W, p. 19-37, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e Desnacionalização. São Paulo, Paz e Terra, 1999, pp 24-25.

GORE, Charles. The rise and fall of the Washington Consensus as a paradigm for developing countries. **World development**, v. 28, n. 5, p. 789-804, 2000.

HARVEY, David (2005): A Brief History of Neoliberalism. Oxford: Oxford University Press

_____. David Harvey's Anti-Capitalist Chronicles. A brief History of Neoliberalism. 2019. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/5g81KklDfKjOy0YzaZ0oZ?si=lhr-Cs4JSMSXFbhoN8nZQ>>. Acesso em fev/20.

HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE et al. Global Multidimensional Poverty Index 2018: The Most Detailed Picture To Date of the World's Poorest People. 2018. Disponível em: <https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/G-MPI_2018_2ed_web.pdf> Acesso em fev/20.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, n. 2, p. 238-248, 2011. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n2/04.pdf>> Acesso em fev/20.

JELIN, Elizabeth; MOTTA, Renata; COSTA, Sérgio (Ed.). **Global Entangled Inequalities: Conceptual Debates and Evidence from Latin America**. Routledge, 2017.

LAVINAS, Lena; SIMÕES, André. Social policy and structural heterogeneity in Latin America: the turning point of the 21st century. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, 2017.

LEVCOVITZ E, COSTA-COUTO MH. Sistemas de Saúde na América Latina no Século XXI. In: NOGUEIRA RP, et al. (Orgs). Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas: estudos e análises 3, 2018. Brasília: Nesp/Ceam/UnB - Nethis/Fiocruz. p. 99-118.

LOKHANDE, Sumedh. The Nature of Poverty. Disponível em: <https://www.academia.edu/20794047/The_nature_of_poverty_in_the_world_and_its_importance_to_the_study_of_international_relations> 20--. Sem data. Acesso em fev/20.

LOPES, Carlos. Crescimento económico e desigualdade: As novidades pos-Consenso de Washington. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 94, p. 03-20, 2011

MACNAUGHTON, Gillian. Vertical inequalities: are the SDGs and human rights up to the challenges?. **The International Journal of Human Rights**, v. 21, n. 8, p. 1050-1072, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642987.2017.1348697?scroll=top&needAccess=true&journalCode=fjhr20>>. Acesso em fev/20.

MACHADO, Roberto; MORLEY, Samuel A.; PETTINATO, Stefano. *Indexes of structural reform in Latin America*. 1999.

MANCE, Euclides André. Quatro teses sobre o neoliberalismo. *Educar em Revista*, n. 13, p. 09-34, 1997.

MARINHO, Allan; CASTRO, Ronice; AIRES, Walquiria Pereira. Aspectos e influências do neoliberalismo e da globalização no Brasil: seletividade de classes. 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8849/3/02_Aspectos%20e%20influ%C3%Aancias%20do%20neoliberalismo%20e%20da%20globaliza%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf> Acesso em fev/20.

MARTINEZ, David Morales; DE OLIVEIRA, Thays Felipe. Políticas Neoliberais na América Latina: uma análise comparativa dos casos no Brasil e Chile. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2015.

MARTÍNEZ RANGEL, Rubí; GARMENDIA, Reyes; SOTO, Ernesto. El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. **Política y cultura**, n. 37, p. 35-64, 2012.

MATOS, Sidney Tanaka S. Conceitos primeiros de neoliberalismo. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1/2, p. 192-213, 2008.

MATTEI, Lauro Francisco. Trajetória e atualidade da desigualdade na América Latina. **Rebela**, v. 7, n. 2, 2017.

MOREIRA, DDJ. **Estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil**. 2011. 1993. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

OCAMPO, José Antonio et al. **A Decade of Light and Shadow: Latin America and the Caribbean in the 1990s**. United Nations Publications, 2003.

OLIVIER, Guadalupe. Reto de la educación superior privada en América latina: entre la expansión y la resistencia. **IdeAs. Idées d'Amériques**, n. 2, 2012.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Concepts of Inequality: Development Issues No. 1**. 2015. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/dsp_policy_01.pdf. Acesso em fev/20.

OXFAM. Privilégios que negam direitos. 2015. Disponível em: <https://oxfam.org.br/publicacao/privilegios-que-negam-direitos/> Acesso em fev/20.

_____. UMA ECONOMIA PARA OS 99%. 2017. Disponível em: <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/uma-economia-para-os-99/> Acesso em fev/20.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2187-2196, 2018.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Texto para Discussão, 2012.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. Implementando desigualdades?: introdução a uma agenda de pesquisa sobre agentes estatais, representações sociais e (re) produção de desigualdades. 2017.

PORTELLA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 101-132, 1994.

RAMA, Claudio. La compleja dinámica de la iniquidad en la educación superior en América Latina y el Caribe. **La universidad se reforma**, v. 2, p. 7-34, 2004.

RAMOS, L. C. S. A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana. Rio de Janeiro: 2005.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira; MENEZES, Roberto Goulart. Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 7, n. 1, p. 42-55, 2008.

RIBEIRO, Rodolfo Gonçalves de Abreu et al. O neoliberalismo e a financeirização: o papel da dívida pública na desigualdade econômica no Brasil (1990-2010). 2016.

RIVERO, José. Reforma y desigualdad educativa en América Latina. **Revista Iberoamericana de educación**, v. 23, p. 103-133, 2000.

ROCHA, Sonia. On statistical mapping of poverty: social reality, concepts and measurement. In: **En: Poverty statistics: Santiago Seminar, 7-9 May, 1997-LC/R. 1814-1998-p. 271-280**. 1998

SALES, Tainah Simões. **O Estado, a pobreza e o Programa Bolsa Família**. Editora Prismas, 2015.

SCHORR, Bettina. How Social Inequalities Affect Sustainable Development: Five Causal Mechanisms Underlying the Nexus. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325011810_How_Social_Inequalities_Affect_Sustainable_Development_Five_Causal_Mechanisms_Underlying_the_Nexus> Acesso em fev/20.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2000.

SERAFIM, Milena Pavan. The mercantilization process of higher education institutions: an overview of the debate in the US, Europe and Latin America. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, n. 2, p. 241-265, 2011.

SERBIN, Andrés; ISA-CONTRERAS, Pável; PEÑA, Lázaro. Anuario de la integración regional de América Latina y el gran Caribe. **Artículo en internet**, n. 6, 2007.

STALLINGS, Barbara; WELLER, Jürgen. El empleo en América Latina, base fundamental de la política social. **Revista de la CEPAL**, 2001.

THORSEN, Dag Einar; LIE, Amund. What is neoliberalism. **Oslo, University of Oslo, Department of Political Science, Manuscript**, p. 1-21, 2006.

TREANOR, Paul. Neoliberalism: origins, theory, definition. **Reperibile all'indirizzo: <http://web.inter.nl.net/users/Paul.Treanor/neoliberalism.html>**, 2005

TROJAN, Rose Meri. Políticas educacionais na América Latina: tendências em curso. *Revista Ibero-americana de Educação*, v. 51, n. 1, p. 1-12, 2009.

VERGER, Antoni et al. Evidence-based policy and the education privatization debate: analysing the politics of knowledge production and mobilization through bibliographic coupling. ***International Journal of Educational Development*, Forthcoming**, 2017.